

Maio de 2006 • Ano 3 • nº 22

www.desafios.org.br

Maio de 2006 • Ano 3 • nº 22

desafios

do desenvolvimento



ipea



desafios

canal.com.br/estruturimages

Democracia MODO DE USAR

Neste ano, quase 130 milhões de brasileiros irão às urnas.
A questão é como garantir votos conscientes e políticos mais coerentes

CIDADES

As campeãs de crescimento estão no Centro-Oeste, mas a expansão não se reflete em qualidade de vida

INFRA-ESTRUTURA

Estudo inédito do Ipea radiografa e apresenta o *ranking* dos 24 portos exportadores do Brasil

MUNDO

Opção preferencial pela África abre novos mercados, mas não traz saldo comercial positivo

desafios

do desenvolvimento

Sumário

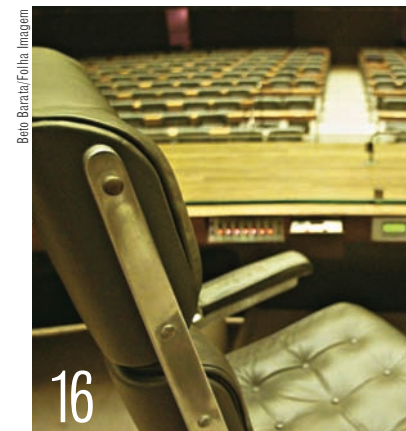
- 8 Entrevista Nobuo Tanaka**
O jeito é inovar, diz o diretor de ciência, tecnologia e indústria da OCDE
- 16 Sociedade A escolha é nossa**
Iniciativas tentam garantir que o voto seja cada vez mais responsável
- 24 Urbanização Metrôpoles em movimento**
Estudo mostra que as cidades que mais crescem são as do Centro-Oeste
- 32 Comércio exterior África em foco**
O continente volta a ser destaque entre as prioridades de empresários e diplomatas
- 40 Infra-estrutura O mapa dos portos**
Ipea traça o perfil e apresenta o *ranking* dos portos exportadores
- 48 Meio ambiente Vidas secas**
No Brasil o avanço da aridez dobrou nas duas últimas décadas
- 54 Melhores práticas SUS Plus**
Hospital de Clínicas de Porto Alegre usa tecnologia para melhorar o atendimento

Seções

- 6 Giro**
- 60 Circuito**
- 62 Estante**
- 64 Indicadores**
- 66 Cartas**

Artigos

- 14 Rafael Melo e Silva**
Iraque: oportunidades para o Brasil
- 31 Daniel da Mata**
O sucesso de algumas cidades
- 38 Debate sem fronteiras**
O dilema do ajuste fiscal



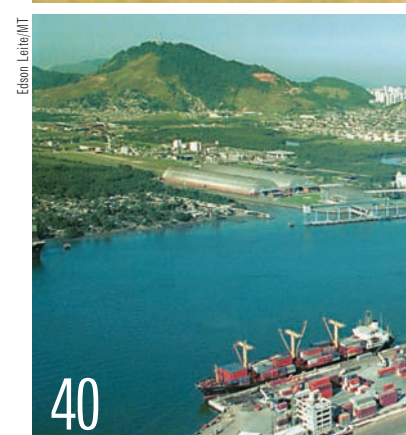
Beto Barata/Folha Imagem

16



Michael Melford/Getty Images

32



Edson Leite/MT

40



Antonio Gaudêncio/Folha Imagem

48

Carta ao leitor

Faltam cinco meses para o primeiro turno das eleições e, como era previsível, o tema já ocupa as manchetes. Candidatos, propostas, coligações, denúncias... o clima de disputa que precede o pleito toma corpo. Pela quinta vez consecutiva, a população decidirá o nome do presidente, dos governadores e parlamentares. Haverá a festa da vitória e a posse, como manda o figurino da boa democracia. Mas o que virá depois? O que temos assistido é um processo no qual, ao longo do tempo, a euforia e a esperança são gradativamente minadas por escândalos que provocam insatisfação e indignação em relação ao comportamento de alguns políticos. **Desafios** elaborou uma série de reportagens discutindo o que é possível fazer para que a história não tenha esse final frustrante. A primeira trata justamente do compromisso entre o político e o eleitor. Como garantir que o cidadão conheça de fato as idéias e o perfil do candidato, e não apenas a faceta superficial? E depois, o que é necessário para que o eleito cumpra suas promessas? Constatamos que a responsabilidade de melhorar o desempenho da classe política está nas mãos de todos. Há bastante informação disponível para o eleitor, mas ele muitas vezes não tem interesse nem condições de investigar melhor antes de apertar o botão “confirma” da urna. Por outro lado, ainda há espaço para melhorar a forma como a informação é oferecida, facilitando a pesquisa em meio ao bombardeio propagandístico. Também descobrimos que faltam processos de controle para que o candidato vitorioso mantenha sua palavra. Uma vez empossado, ele tem poder para tomar decisões que contrariam as propostas pré-eleição, e essa cultura precisa mudar. Mas o lado bom é que há muita gente pensando nesse assunto, propondo iniciativas para tornar mais transparentes o discurso e a prática. Talvez elas não sejam aplicadas já no próximo pleito, mas seguramente ajudarão a dar mais um passo no sentido de amadurecer a jovem democracia nacional. Além dessa reportagem, **Desafios** também aborda o crescimento das cidades brasileiras, que avança rumo ao Centro-Oeste. Traz um *ranking* inédito dos portos que operam com comércio exterior e analisa os frutos da opção do governo federal em transformar a África em parceira privilegiada do Brasil. Para encerrar, uma excelente novidade vinda do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, que, por meio da informatização de seus sistemas, conseguiu melhorar muito o atendimento aos pacientes e a utilização dos recursos materiais e humanos. Boa leitura!

Andréa Wolffenbüttel, Editora-Chefe

Cartas ou mensagens eletrônicas devem ser enviadas para: cartas@desafios.org.br
 Diretoria de redação: SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 801 - CEP 70076-900 - Brasília, DF
 Visite nosso endereço na internet: www.desafios.org.br

Patrocínio



Apoio



desafios

do desenvolvimento

www.desafios.org.br

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

PRESIDENTE Glauco Arbix

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)

REPRESENTANTE INTERINO NO BRASIL Lucien Muñoz

DIRETOR-GERAL Luiz Henrique Proença Soares

ASSISTENTE Mary Cheng

CONSELHO EDITORIAL Andréa Wolffenbüttel, Bruno Araújo, Divonzir Gusso, Glauco Arbix, João Carlos Magalhães, Karla P. Correa, Leonardo Rangel, Lucien Muñoz, Luiz Fernando L. Resende, Luiz Henrique P. Soares, Mary Cheng, Murilo Lobo, Pérsio Davison, Renato Villela

Redação

EDITORA-CHEFE Andréa Wolffenbüttel

EDITOR Ottoni Fernandes Jr.

EDITORAS ASSISTENTES Lia Vasconcelos e Marina Nery

REPÓRTER Manoel Schindwein

COLABORADORES Eliana Simonetti, Patrícia Marini (redação), Anderson Schneider, Tânia Meinerz (fotografia), Ivana Gomes (revisão), Renato Breder (arte)

PROJETO GRÁFICO E DIREÇÃO DE ARTE Renata Buono

ARTE Rafaela Ranzani

FOTO DA CAPA Ian McKinnell/GettyImages

Publicidade

DIRETORA Bia Toledo • bia@desafios.org.br

REPRESENTANTES

BAHIA E SERGIPE Canal C Comunicação

Tel. (71) 358-7010, (71) 9988-4211 • e-mail: canalco@canalccor.com.br

ESPIRITO SANTO Mac Marketing e Assessoria de Comunicação

Telefax (27) 3229-2579 • e-mail: machadom.vix@terra.com.br

PARANÁ Sec Soluções Estratégicas em Comercialização Ltda.

Tel. (41) 3019-3717 – Fax (41) 3019-3716 • e-mail: sec.thadeu@terra.com.br

RIO GRANDE DO SUL RR Gianoni Representações

Tel. (51) 3388-7712 • e-mail: gianoni@gianoni.com.br

SANTA CATARINA Sec Soluções Estratégicas em Comercialização Ltda.

Tel. (48) 348-4121, (48) 9977-9124 • e-mail: m.minuzzi@terra.com.br

Circulação

GERENTE Flávia Cangussu • flavia@desafios.org.br

Atendimento

Paula Galícia (coordenadora) • paula@desafios.org.br

Redação

SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 801 - CEP 70076-900 - Brasília, DF

Tel.: (61) 315-5188 Fax: (61) 315-5031

Circulação e Publicidade

Rua Urussuí, 93, 13º andar, CEP 04542-050 - São Paulo, SP

Tel./Fax: (11) 3073-0722

Administração

Instituto Uniemp

Av. Paulista, 2198, conjunto 161 – CEP 01310-300 - São Paulo, SP

Tel.: (11) 2178-0466 Fax: (11) 3283-3386

Assinaturas

Teletarget

Tel.: (11) 3038-1479 Fax: (11) 3038-1415 • desafios@teletarget.com.br

Atendimento ao Jornaleiro

LM&X - Tel.: (11) 3865-4949

Impressão

Globo-Cochrane Gráfica e Editora

Distribuição

Dinap S.A. Distribuidora Nacional de Publicações

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Organização das Nações Unidas

OS ARTIGOS E REPORTAGENS ASSINADOS NÃO EXPRESSAM, NECESSARIAMENTE, A OPINIÃO DO IPEA E DO PNUD. É NECESSÁRIA A AUTORIZAÇÃO DOS EDITORES PARA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTEÚDO DA REVISTA.

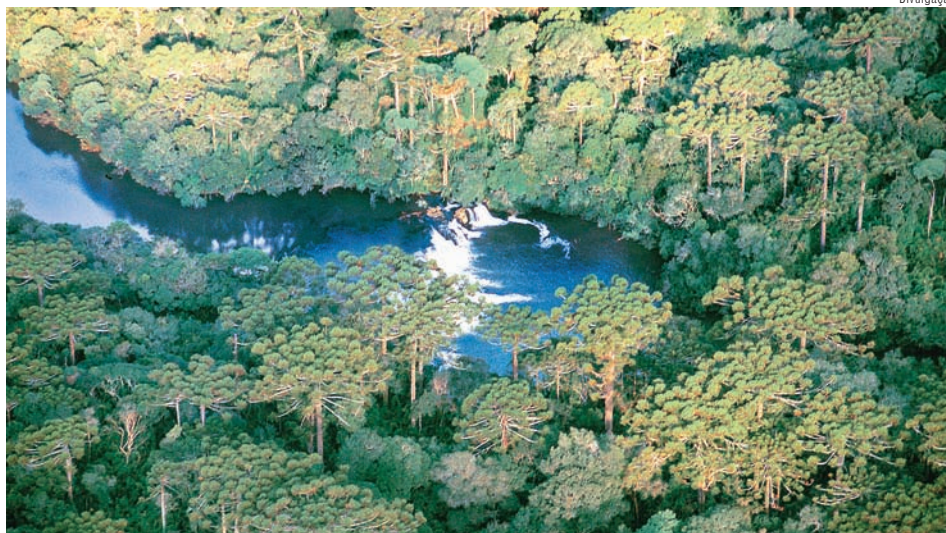
JORNALISTA RESPONSÁVEL • Andréa Wolffenbüttel

Pesquisa **Nair Rabelo**
 Texto **Andréa Wolfenbüttel**

GIRO

Monitor das reformas

Apenas três reformas têm ocupado de forma mais intensa o trabalho dos parlamentares: a da Constituição, a do Judiciário e a Tributária. O presidente da Câmara propôs a votação, pelo menos, da minirreforma tributária apresentada pelo governo, cujo principal tópico é o Fundo de Desenvolvimento dos Estados. Mas o processo esbarrou nas restrições feitas pelos governadores que se dizem prejudicados por uma eventual unificação das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). A oposição, por sua vez, concorda apenas em aprovar o aumento de um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios. Quanto à segunda etapa da reforma do Judiciário, ela continua está sendo debatida e foi assunto, inclusive, de um chat promovido pelo site da Câmara, durante o qual a população pôde expor suas dúvidas e dar sugestões ao relator da comissão que analisa a reforma, o deputado Paes Landim (PTB-PI). A reforma Constitucional ainda está em fase inicial. Os congressistas estão discutindo quais capítulos da Constituição podem ser alterados, assim como as condições necessárias para fazê-lo.



Divulgação

Meio ambiente

Para não acabar

As belas e compridas araucárias, típicas do sul do país, estão desaparecendo. Paulo Kageyama, diretor de conservação da biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente (MMA), lamenta que “em 500 anos conseguimos acabar com 99% da floresta de araucárias existente no Brasil”. Agora, qualquer ação que vise melhorar essa situação é muito bem-vinda. Uma proposta do MMA para a criação de um corredor ecológico para as araucárias foi apresentada durante a 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP 8), realizada em

março em Curitiba. Kageyama é o autor do projeto que pretende interligar as unidades de conservação da árvore que já existem no Paraná e em Santa Catarina com o corredor para possibilitar a dispersão da espécie e a recolonização das áreas degradadas. As últimas negociações para a implantação do projeto estão em andamento, mas ainda falta a definição da área que abrigará o corredor. Espera-se que tudo esteja resolvido até o final deste mês. Os recursos virão de um programa conjunto com a Alemanha.

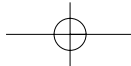
Justiça

Agilidade e clareza

“Não basta decidir que o objetivo é ter uma Justiça ágil e de boa qualidade, é preciso complementar essa intenção dizendo que casos do tipo X terão uma solução do tipo A, em Y dias, e que a satisfação dos usuários seja N% maior que a do ano anterior.” Essa é a principal conclusão de um estudo elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), encomendado pelo Ministério da Justiça para orien-

tar os trabalhos do Conselho Nacional de Justiça, órgão responsável pelo controle externo do Judiciário. O documento apresenta análises de experiências de Conselhos de Justiça ou órgãos similares na Argentina, Chile, Colômbia, México, Portugal e Espanha, e afirma que para um bom funcionamento é preciso estabelecer metas claras. O texto menciona o exemplo do Chile, onde uma comissão formada por representantes

da Corte Suprema e da Corporação Administrativa do Poder Judicial define, anualmente, objetivos de gestão para os tribunais. No decorrer do ano, são feitas avaliações para acompanhar o desenvolvimento das metas. E, ao final do período, os resultados são medidos de acordo com uma série de indicadores criados com esse objetivo. Toda essa estrutura permite que o Judiciário preste contas de seu desempenho para a população.



Saúde

Obediência cresce 940%

Crianças brincam, correm, pulam, machucam-se e voltam a brincar mais uma vez. Essa disposição é uma das características da idade que os adultos mais invejam. Mas uma onda de consumo de metilfenidato, um remédio prescrito para a hiperatividade, pode estar diminuindo o ritmo da brincadeira. Pesquisa feita no início do ano pelo Instituto Brasileiro de Defesa dos Usuários de Medica-

mento (Idum) mostrou um crescimento exagerado na compra do produto: 940% entre os anos de 2000 e 2004. O Idum acredita que esse movimento não esteja relacionado ao aumento da incidência do distúrbio, mas à massiva publicidade feita pelos laboratórios. “A influência da propaganda nos médicos mostra o poder da mídia sobre a prescrição de medicamentos”, diz Antônio Barbosa, coordenador do

Idum. No meio médico, a controvérsia ganha espaço. O metilfenidato é indicado para portadores do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), que atinge de 3% a 5% das crianças no país. Alguns profissionais apontam um excesso no uso do produto, enquanto outros crêem que o distúrbio está sendo mais conhecido, o que gera um número maior de diagnósticos acertados.

China

Autopeças

O Sindicato Nacional de Componentes Automotivos (Sindipeças) está preocupado com a concorrência dos fabricantes chineses. As exportações de autopeças daquele país cresceram 55,38% entre janeiro e fevereiro deste ano, em relação a 2005. Cerca de um quarto da produção brasileira é vendida ao exterior e os empresários temem perder mercado para os chineses.

Créditos de carbono

Contrato milionário

A concessionária Biogás Energia Ambiental, responsável pela gestão do aterro sanitário Bandeirantes, na cidade de São Paulo, e o banco alemão KfW firmaram o que está sendo considerado o maior contrato do mundo para comercialização de créditos de carbono. De janeiro de 2004 a fevereiro de 2006, o aterro produziu cerca de 1,5 milhão de toneladas de crédito com a queima do gás metano. Com a tonelada cotada a 5 euros no mercado europeu, a venda do que já foi produzido deve render quase 20 milhões de reais, que serão divididos pela metade entre a prefeitura – proprietária do aterro – e a Biogás. O contrato vale para os próximos 15 anos. “Converter essas perdas de metano em todas as opções possíveis é fundamental para o controle da emissão de gás na atmosfera e a redução do efeito estufa”, afirma Hélio Neves, chefe de gabinete da Secretaria do Verde e Meio Ambiente da prefeitura de São Paulo.



Cultura

Peça brasileira nos palcos de NY

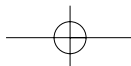
A peça *Um porto para Elizabeth Bishop*, escrita pela dramaturga brasileira Marta Góes, foi encenada em Nova York. O texto trata da conturbada vida da poetisa norte-americana Elizabeth Bishop, que viveu no Brasil entre os anos 1951 e 1967. Com uma infância solitária e problemas com álcool, Bishop teria afirmado que seus anos mais felizes foram aqueles passados em terras brasileiras, quando viu desabrochar seu talento literário. O monólogo é interpretada pela atriz Amy Irving. A peça, publicada originalmente em 2001, foi encena-

nada nas maiores capitais brasileiras, tendo Regina Duarte como protagonista. Em cartaz desde 21 de março, o espetáculo alcançou um bom público e resenhas favoráveis nos jornais *The New York Times* e *The Wall Street Journal*. Irving, que também já morou no Brasil, recebeu boas críticas por sua atuação. Num total de 42 apresentações, o monólogo foi visto por mais de 4 mil pessoas. Na pré-estreia, a platéia contou com a presença do prestigiado autor de *Quem tem medo de Virginia Wolf?*, Edward Albee, ganhador de três prêmios Pulitzer.

Comportamento

A cara do chefe

Como se visualiza a liderança? Que imagem poderia representar o ideário que envolve a posição de destaque? Essa pergunta guiou uma pesquisa feita na universidade de administração Wharton, na Pensilvânia, nos EUA, na qual 2 mil calouros tiveram de escolher uma imagem para representar a liderança. Analisados os dados, foram classificados três tipos de resposta: previsível, incomum e de múltiplas partes interconectadas. Representando as tradicionais, estavam fotos de Nelson Mandela, Mahatma Gandhi e outros que fizeram história. Várias imagens de cadeados, peças de quebra-cabeças e apertos de mãos surgiram. Todas representariam a idéia de equipe unida. Os exemplos incomuns são árvore, volante e bolinha de borracha. O vegetal simboliza a posição duplamente firme e visionária, o volante apontaria a direção e a bolinha evocaria a flexibilidade. Inusitado mesmo foi o travesseiro, interpretado como a acomodação do chefe.



ENTREVISTA

A política de inovação é bem mais abrangente do que uma política de

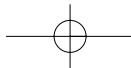
Nobuo Tanaka



O jeito é inovar

Por **Lia Vasconcelos**, de Brasília

Após participar da Conferência Global da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) realizada no mês passado, em Brasília, o diretor de ciência, tecnologia e indústria da organização, Nobuo Tanaka, disse, em entrevista a **Desafios**, que sem inovação não há crescimento. E que a criatividade mora nas pequenas e médias empresas. O encontro, aliás, tratou justamente do financiamento aos pequenos negócios. Mas, segundo Tanaka, para estimulá-los é preciso cuidar das pessoas, desregulamentar a economia e fazer mais, muito mais. A boa notícia é que os países estão se dando conta dessas necessidades.



ciência e tecnologia — inclui educação, trabalho, impostos e custos competitivos

Desafios — Por que o Brasil foi escolhido para sediar essa reunião da OCDE?

Tanaka — Porque sabemos que as dificuldades das pequenas e médias empresas são muito maiores em países em desenvolvimento. E que é justamente nesses países que elas podem ter papel mais importante. O Brasil foi escolhido por ter uma política para pequenas e médias empresas comparável à de países mais ricos. Esse evento é uma reunião comparativa para identificar o papel que pequenas e médias podem desempenhar no crescimento econômico. O Brasil é, de certa forma, um líder diplomático do mundo em desenvolvimento, atrai a atenção dos que têm características e problemas semelhantes. Cerca de 60 países, com seus ministros, vice-ministros e políticos de alto escalão, estiveram presentes, além de representantes de financiadores e de pequenas e médias empresas. Juntos, construímos e revelamos ao mundo uma agenda para o crescimento.

Desafios — Quais foram os principais resultados da conferência?

Tanaka — Nessa reunião ficou claro que o papel das pequenas e médias empresas na revitalização da economia é cada vez maior. Tempos atrás, os países tentavam desenvolver as grandes corporações. Considerava-se estratégico subsidiar grandes empresas. Era o antigo modelo de política industrial. Agora essas indústrias estão passando por um processo de enxugamento, reduzindo o número de empregos. Muitas vezes se mudam para países onde os custos de produção e trabalho são menos elevados. Para enfrentar a situação, as políticas industriais precisam ser mudadas dramaticamente. Vivemos no tempo da economia do conhecimento. Pequenos e médios empreendimentos têm papel de destaque nesse ambiente. São mais criativos e inovadores. Por serem pequenos, podem mudar rapidamente, adaptar-se a

novas realidades e, assim, contribuir para o desempenho da economia.

Desafios — Como se percebeu a mudança nas políticas nacionais?

Tanaka — A OCDE identificou a mudança estrutural e perguntou aos representantes dos países-membros que tipo de atitude seus governos vinham adotando em relação às pequenas e médias. No passado, quando a grande corporação tinha mais vantagens comparativas em relação às empresas menores, a política buscava protegê-las da concorrência. Mas agora desco-brimos que diversos países já identificam negócios menores que podem crescer, especialmente se tiverem acesso a novas tecnologias e adotarem modelos inovadores de administração. Então, os técnicos das esferas públicas passaram a buscar pequenas empresas em condições de exercer papel de destaque na economia, para definir como o governo poderia ajudá-las a crescer — com apoio à pesquisa e ao desenvolvimento, à formação de recursos humanos ou, por exemplo, com a concessão de incentivos fiscais.

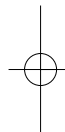
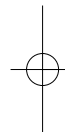
Desafios — Como se dá, nos países, a percepção da importância do estímulo à inovação?

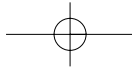
Tanaka — Em geral, os governos tentam promover o crescimento econômico, mas seus recursos são limitados. A maioria deles não se encontra em situação fiscal realmente boa. Muitos têm déficits nos gastos governamentais, e estimular a macroeconomia com redução na taxa de juro não é tarefa fácil. Inúmeros responsáveis pelas políticas de desenvolvimento estão com as mãos atadas. Nessas condições, como promover o crescimento? O mais comum é o investimento em setores estruturais, iniciativas na área de mercado de trabalho, de desregulamentação. Agora parece ter ficado claro que o estímulo à inovação é muito importante. Ela ocorre essencialmente

Maratonista da exuberância econômica

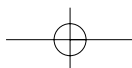
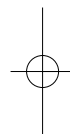
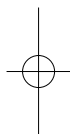
O economista Nobuo Tanaka, nascido no dia 3 de março de 1950 em Yokohama, distante 30 km da capital japonesa, tem 56 anos de idade. É casado, pai de dois filhos e tem um currículo impressionante. Graduiu-se na Universidade de Tóquio e cursou MBA na Case Western Reserve University de Cleveland, nos Estados Unidos. Estreou profissionalmente em 1973, no Ministério da Economia, Comércio e Indústria do Japão. Serviu de ponte entre o ministério, sua embaixada em Washington e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Foi vice-diretor e diretor de energia nuclear, do departamento de recursos naturais, e da tecnologia e indústria. Nomeado vice-diretor de ciência, tecnologia e indústria da OCDE em 1989, logo foi promovido a diretor. Passou pela embaixada japonesa em Washington e em Paris. Voltou ao ministério japonês e viabilizou o mercado de opções. Em três décadas, participou de incontáveis negociações internacionais. Conheceu culturas, pessoas, empresas e governos com características diversificadas.

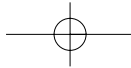
Desde 2004 coordena o departamento de ciência, tecnologia e indústria da OCDE. Sua função é ajudar os 30 países da organização a compreender a necessidade de adaptação aos desafios impostos, pela globalização e pela evolução tecnológica, às pessoas, às empresas e aos governos — sem falar dos organismos multilaterais. Sua equipe coleta dados, faz análises e propõe debates. “Há 20 anos buscamos compreender como a internet pode contribuir para a melhoria da performance econômica dos países”, diz. Nesse meio tempo, outra questão ocupou corações e mentes de seu pessoal: a biotecnologia. E já surgiu mais uma inquietação: a nanotecnologia. “Estamos tentando identificar as potencialidades dessa área para definir a agenda de debates”, explica. Tanaka corre contra o relógio. Os pesquisadores têm sido mais ágeis do que os governos. Como bom maratonista, entretanto, ele é incansável. E otimista.





Anderson Schneider





no setor privado, ajuda a criar empregos e estimula o crescimento, sem requerer grande dispêndio público. A Europa, por exemplo, criou a chamada Agenda de Lisboa no ano 2000. Estabeleceu a necessidade de incrementar a atenção às políticas de inovação para que a competição com os Estados Unidos não se tornasse inviável. Os países começaram a reformar suas políticas incentivando as empresas a inovar e contribuir para o desenvolvimento regional. Perceberam que essa é uma forma mais eficiente de usar seus recursos. Que, em vez de gastar em rodovias ou prédios, é melhor estimular as empresas a inovar. Essa é a chave para uma economia bem-sucedida e competitiva. Nos Estados Unidos ocorreu o mesmo. O Japão se deu conta agora e está iniciando um pouco tardiamente esse movimento, mas está começando.

Desafios – A fórmula é a mesma para os países em desenvolvimento?

Tanaka – Sim. Mas, para que ocorra um crescimento real da economia, esse processo deve ser auto-sustentável, com a expansão das atividades do setor privado. Investimentos estrangeiros ajudam muito, estimulam a economia e a produtividade, como é possível constatar nos casos da China e da Índia. Pequenas e médias empresas têm de ser inovadoras ou não crescem e não competem. Para criar um ambiente em que elas possam se desenvolver, a palavra-chave é inovação. Essa é uma questão determinante e hoje compõe a agenda de quase todos os países.

Desafios – Como o senhor compara as trajetórias da China e da Índia com a do Brasil?

Tanaka – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Esses cinco países são considerados, pela OCDE, as principais economias emergentes. O Brasil é diferente em termos de alocação de recursos, material humano, condições geográficas, ou seja, tem características distintas da China e da Índia, mas, em

termos de potencial econômico, de liderança no mundo em desenvolvimento, pode exercer papel de destaque. Na América Latina, o México já participa da OCDE. O Brasil compõe muitos comitês dessa organização, como os que discutem investimentos, agricultura e comércio. Agora pleiteia o posto de observador do comitê de política científica e tecnológica. Essa é uma forma muito natural de ganhar experiência. A China já usou desse expediente, já foi observadora do comitê de política científica e tecnológica por saber que

O Brasil tem características distintas da China e da Índia, mas tem potencial para exercer papel de destaque. Espero que participe do comitê de política científica e tecnológica da OCDE e alcance o mesmo sucesso que a China

ali estavam as chaves do desenvolvimento econômico. Os chineses, assim como os brasileiros, querem aprender vendo o que os outros países estão fazendo. Recentemente, a China pediu à OCDE que fizesse sugestões para a reformulação de sua política de inovação, que estudasse seu caso, pesquisasse o assunto. E as recomendações da organização ajudaram o país. Eu espero que o Brasil venha a participar do comitê de política científica e tecnológica e alcance o mesmo sucesso que a China obteve.

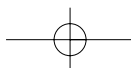
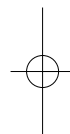
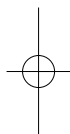
Desafios – O que a OCDE faz para estimular a inovação e as pequenas e médias empresas?

Tanaka – Fazemos muitos estudos so-

bre inovação. Mantemos discussão permanente em torno da agenda de políticas nessa área. Por exemplo, dos gastos públicos com pesquisa e desenvolvimento e da formação de recursos humanos. Muitas vezes, universidades e organizações públicas criam conhecimento que não é transmitido ao setor privado. Incentivar a interação entre universidade e o mundo dos negócios é bastante importante. Os membros da OCDE estão construindo núcleos de transferência de tecnologia, criando centros de excelência nas universidades e promovendo o investimento privado nesses centros. O trabalho conjunto dos setores privado e público ajuda a descobrir novas tecnologias e a comercializá-las. As políticas que favorecem a ligação entre os dois mundos vêm se multiplicando. O Japão incentiva a criação de companhias dentro das universidades utilizando os escritórios de transferência de tecnologia. A França desenvolveu uma estratégia de inovação industrial em diferentes regiões do país em cooperação com a Alemanha. O governo francês ajuda o setor privado a investir em pesquisa e desenvolvimento. Criou pólos de nanotecnologia e biotecnologia. Os *clusters* atendem aos setores público e privado. Essas são políticas de inovação recentes que surtem efeito.

Desafios – Isso funciona também em regiões mais pobres?

Tanaka – Sim. Recentemente, soube de um caso de sucesso em Extremadura, a área mais pobre da Espanha. Lá foi feito algo muito interessante: a criação de um pólo de software livre, com a implantação de programas não proprietários em todos os computadores das escolas, dos escritórios governamentais, dos hospitais, etc. Depois de cinco ou seis anos, Extremadura se tornou a capital mundial do software livre. Quando ocorre um problema, logo é organizado um seminário on-line com especialistas e colaboradores do mundo inteiro para resolvê-lo. Dessa forma, o conhecimento





é criado, acumulado e multiplicado. Como consequência, surgiram muitas empresas e agora a região está vendendo seu modelo a outros países, como Brasil, Peru e Chile. É uma boa política para a inovação.

Desafios – O Brasil deveria seguir o modelo de criação de *clusters*?

Tanaka – É interessante, mas não vai funcionar se os países fizerem todos a mesma coisa. A experiência de Extremadura foi muito peculiar.

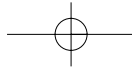
Desafios – Por quê?

Tanaka – Qualquer conhecimento que esteja acumulado numa região específica deve ser utilizado. Mas, entre os sócios da OCDE, temos observado que os menores países – Irlanda, Finlândia, Dinamarca, Suíça, Luxemburgo –

apresentam resultados mais positivos do que os maiores. Isso porque, se um país pequeno tem um *cluster* muito bem-sucedido, ele é suficiente para melhorar o desempenho econômico como um todo. Economias maiores precisam de muitos *clusters* para obter o mesmo resultado. É o caso dos Estados Unidos, onde há muitos, inovadores e de alta tecnologia. A Irlanda deixou de ter uma economia essencialmente agrícola. Como? O primeiro passo foi transformar Dublin, a capital, em destino atraente para investimentos estrangeiros. Agora, o país atrai e mantém corporações em seu território com investimentos em pesquisa e desenvolvimento de alta tecnologia. Resultado: seus trabalhadores especializados, que tinham emigrado, estão voltando. E essa é uma experiência que pode ser

Os governos federais precisam parar de intervir demais em questões regionais. Quem está nas regiões conhece melhor suas potencialidades, forças, recursos e limitações. É mais sensato deixar o governo regional decidir

aproveitada em países como Brasil, Japão ou França. Para a OCDE a criação de *clusters* inovadores é uma das políticas mais importantes – e, quanto mais numerosos eles forem, melhor.



Fotos: Anderson Schneider



Desafios – Qual é o papel do Estado no financiamento e na promoção da inovação?

Tanaka – Os governos federais deveriam deixar as decisões com os governos locais. Quem está na região conhece suas potencialidades, forças, recursos e limitações. É mais sensato deixar o governo regional decidir, pensar, planejar e competir com outras regiões. Muitas vezes até as universidades federais são tolhidas. É preciso deixá-las livres para fazer pesquisas, estabelecer parcerias e desenvolver conhecimentos e competências para atender à demanda local. Os governos federais devem parar de intervir.

Desafios – Mas, além dos *clusters*, qual o papel do Estado na promoção da inovação?

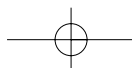
Tanaka – A OCDE parte do pressuposto de que é preciso deixar o merca-

do agir. O Estado pode contribuir ampliando a mobilidade e a flexibilidade dos trabalhadores. Concedendo incentivos fiscais a empresas inovadoras. Aumentando os recursos de financiamento à pesquisa, atraindo estudiosos, facilitando a entrada de pesquisadores no país. Pode ainda oferecer atrativos para a formação de trabalhadores em setores de alta tecnologia. Educação e saúde de qualidade, entre outras coisas, são fundamentais na atração de talentos. A política de inovação é bem mais abrangente do que uma política de ciência e tecnologia – inclui educação, trabalho, impostos e custos competitivos.

Desafios – A produção científica brasileira tem crescido muito nas últimas décadas, mas o número de pedidos de patentes não tem acompanhado o ritmo.

Como mudar esse cenário?

Tanaka – Se os gastos com ciência e tecnologia não estão contribuindo para o aumento de registro de patentes, talvez haja um problema de ligação entre os setores privado e público no Brasil. Mas o número de patentes não é necessariamente um bom indicador de inovação. Algumas vezes o registro reflete somente o interesse em proteger um conhecimento. Há dois aspectos relacionados às patentes. O primeiro é positivo, elas incentivam os inventores a fazer mais, já que garantem um período de monopólio do conhecimento, e com isso o retorno do investimento. O segundo, negativo, é que as patentes impedem que o conhecimento se torne público, rapidamente, retardando assim a difusão tecnológica. **d**



Iraque: oportunidades para o Brasil

Divulgação



No atual mercado, um dos principais desafios das empresas é manter e aumentar a demanda por seus produtos e serviços.

A acirrada competição torna cada vez mais disputado o mercado interno. Surgem, assim, limitações ao desenvolvimento dos negócios. Como uma das principais opções para superação desses obstáculos tem-se a internacionalização, com vistas à exportação de bens.

As exportadoras nacionais têm buscado ganhar maior espaço nos principais mercados mundiais, como o norte-americano e o europeu. Esses mercados, tradicionais, no entanto, se encontram num estado já maduro. A penetração da concorrência internacional, ali, é muito forte, o que limita a ação de novos entrantes. Uma alternativa de destaque para contornar esta dificuldade está nos mercados não tradicionais. África, Caribe e Oriente Médio apresentam oportunidades excelentes, sobretudo para países como o Brasil, com imagem neutra e aceitação internacional.

Contudo, mercados não tradicionais, sobretudo em países subdesenvolvidos, despertam outras preocupações. Instabilidade financeira, riscos políticos e fragilidade econômica tornam as oportunidades não tão interessantes e seguras. Nesse contexto, desponta um mercado com demanda crescente, necessidade de modernização e fundos para isso: o Iraque.

Desde 2003, com o fim do regime de Saddam Hussein, o Iraque encontra-se destruído pelas guerras. Inicia-se o projeto de reconstrução nacional. Investimentos em infra-estrutura, indústrias, comércio, saúde, agricultura e outras áreas vêm sendo feitos no país com auxílio financeiro internacional. Atualmente o Iraque conta com verbas superiores a 50 bilhões de dólares, avaliadas por bancos de primeira linha mundial, a serem aplicadas nesses setores.

Historicamente, Brasil e Iraque sempre mantiveram relação de amizade e proximidade comercial. Durante a década de 1980, o comércio bilateral foi bastante expressivo. As importações brasileiras restringiam-se, sobretudo, ao petróleo e seus derivados. Já a pauta exportadora continha produtos de diversos segmentos, com desta-

que para o setor alimentício.

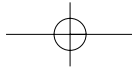
Durante a década de 1990, houve redução significativa das transações entre os dois países em função do embargo comercial imposto pela Organização das Nações Unidas (ONU). Mas nos últimos anos os volumes de trocas voltaram a se intensificar. De 2003 a 2005, as exportações nacionais para o Iraque superaram os 150 milhões de dólares, e as importações, em 2005, atingiram 522 milhões de dólares.

Parte do empresariado brasileiro já despertou para as possibilidades da região. A Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) vem investindo na divulgação do país no Iraque, com a viabilização da participação de empresas brasileiras de diversos setores em feiras na região, como ocorreu no caso do *Rebuild Iraq*. Como reflexo direto, as exportações vêm crescendo significativamente. Já no primeiro bimestre de 2006, as vendas para o Iraque totalizaram mais de 16 milhões de dólares, quando no mesmo período em 2005 ficaram abaixo dos 400 mil dólares.

País em reconstrução, carente em diversos setores, e especialmente afeito e simpático ao Brasil, o Iraque reúne imensa capacidade de crescimento econômico e expansão de sua demanda interna. Essas oportunidades latentes de mercado vêm atraindo as principais empresas mundiais. O Brasil pode se destacar nesse processo e se consolidar na região. O Iraque abriu suas portas e a corrida está apenas no início. Assim, este é o momento de investir e fazer valer a qualidade e a competitividade dos produtos brasileiros.

Rafael Melo e Silva é empresário de comércio exterior do setor de agribusiness, graduado em Relações Internacionais e consultor em comércio exterior

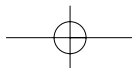
“Já no primeiro bimestre de 2006, as exportações para o Iraque totalizaram mais de 16 milhões de dólares, quando no mesmo período em 2005 ficaram abaixo dos 400 mil dólares”

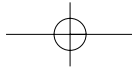


SOCIEDADE



Pela quinta vez consecutiva, os brasileiros elegerão o presidente da República, governadores e

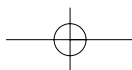
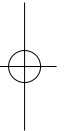




Por Manoel Schlindwein, de Brasília

A escolha é nossa

parlamentares. Iniciativas tentam garantir que o voto seja cada vez mais responsável e consciente



Só nas últimas eleições, 120 milhões de eleitores foram às urnas, o que reforça

Faltam cinco meses para as próximas eleições e o debate político já toma os mais diversos setores da sociedade, desde os meios de comunicação até as conversas de bar. Com o intuito de contribuir para a discussão e aprofundar o entendimento sobre o processo eleitoral, **Desafios** publicará, a partir desta edição, uma série de cinco reportagens sobre a democracia brasileira. Esta é a primeira. Nas próximas, o corpo editorial da revista sairá a campo para pesquisar temas como transparência nos gastos públicos; financiamento de campanhas políticas e combate à corrupção; papel das instituições para a estabilidade política e econômica; e representatividade geográfica do voto – uma polêmica que se arrasta há décadas e que envolve inúmeros interesses. A reportagem de abertura trata da importância do voto responsável para a consolidação da democracia – uma prática na qual o Brasil tem relativamente pouca experiência, já que em sua história o país experimentou períodos longos de autoritarismo. A geração atual tem a oportunidade de eleger livremente, pela quinta vez, o presidente da República. O marco, por si só, é digno de atenção. Mas vale a pena se perguntar por quê, apesar da soberana vontade do povo ser respeitada, há tanta frustração em relação ao resultado final e ao desempenho da classe política. E o que pode ser feito para que o fenômeno não se repita indefinidamente.

Eleitor Nas últimas eleições, 120 milhões de eleitores foram às urnas exercer o princípio fundamental da cidadania, o que reforça a noção de uma representatividade legítima no país. Mesmo assim, pouco se sabe sobre o que pensa e como age o eleitor. Muitas pesquisas foram feitas procurando descobrir a opinião do cidadão sobre a democracia e a classe política, e os resultados não são bons. Metade dos brasileiros é incapaz de dizer o nome de um político honesto, 21% afirmam que eles simplesmente não existem e 28% não sabem sequer responder à pergunta, aponta pesquisa do Da-

tafolha de setembro do ano passado.

O fenômeno não é exclusivamente brasileiro e também ocorre nos países vizinhos. O estudo “A democracia na América Latina”, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), verificou que apenas 35,6% dos latino-americanos estão satisfeitos com a democracia no país onde vivem. Pior: 64,4% deles afirmam que os políticos não cumprem as promessas proferidas durante a campanha porque mentem. Apesar dos diversos elementos que garantem transparência às eleições, como propaganda gratuita, direitos de resposta e imprensa livre, o clima de decepção persiste.

Renovação Não é de hoje que intrincados esquemas de desvios de dinheiro público e práticas antiéticas ganham as manchetes do noticiário. A corrupção provoca rombos nos cofres da nação. As denúncias maculam imagens pessoais, de partidos e instituições.

Uma pesquisa do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) verificou que quase metade dos quadros do Congresso Nacional é alterada em eleições pós-crise, como a deste ano. Em 1994, depois dos escândalos envolvendo o ex-presidente Fernando Collor de Mello (PRN), 54% das cadeiras ganharam novo ocupante, em função do descrédito dado à classe política (leia tabela na pág. 20).

Especialistas do Diap acreditam que o fenômeno deva se repetir em 2006 e aí vem a pergunta: há algo mais que o eleitor possa fazer para modificar a história? De certa forma, sim. Ele precisa ser mais criterioso. O bombardeio propagandístico aliado ao desinteresse da maioria da população geralmente acaba em desastre. Segundo Antônio Augusto de Queiroz, diretor de documentação do Diap, as escolhas muitas vezes são feitas com base na presença dos candidatos na mídia, na indicação de políticos e artistas influentes ou em serviços prestados à

Jefferson Coppola/Folha Imagem



A participação dos eleitores é maciça, mas pesquisas mostram que muitos ignoram a importância do voto

a noção de uma representatividade legítima no país

comunidade, como distribuição de cestas básicas ou ajuda financeira. “A maioria do eleitorado não é atenta nem vigilante”, diz. Para ele, a dificuldade aumenta ao se considerar o número de políticos no páreo – não há como conhecer todos.

Pior do que não ter informações sobre os políticos é nem sequer entender direito qual é sua função. Uma pesquisa nacional feita pelo Ibope em 2000, ano de eleições municipais, verificou que os eleitores não se sentiam estimulados a votar – 28% em candidatos a prefeito e 32% para vereador. Mais: 45% disseram que o trabalho dos vereadores tem pouca ou nenhuma importância em seu cotidiano e, surpresa, o índice é de 49% quando se trata do prefeito. Como a melhora do quadro de dirigentes está nas mãos da população, deve-se prestar mais atenção nos candidatos. É fundamental conhecer sua trajetória, tanto pessoal como política. “De onde veio, o que fez no passado, quais interesses repre-

senta. Além disso, é preciso identificar o partido ao qual ele pertence: qual a linha ideológica seguida, qual o programa de governo? Por fim, é bom observar os avalistas do postulante: ele tem o apoio da igreja, do sindicato ou de alguma organização não-governamental?”, detalha Queiroz. Para ele, em relação aos que já são parlamentares, é fundamental verificar se a relação entre o discurso e a prática se concretizou ao longo do mandato.

Informação Uma grande aliada dos eleitores nesse processo é a Internet. Ao menos na instância federal não falta transparência na veiculação de informações relativas ao trabalho dos parlamentares. Nos portais da Câmara e do Senado, é possível localizar o endereço e o telefone de cada um dos políticos, a que comissões pertencem, sua frequência e, ainda, como se comportam nas votações. Todos os senadores e partidos políticos mantêm sites na Internet. Os de-

putados dispõem de correio eletrônico.

Os sites do Congresso Nacional são considerados referência mundial, segundo informa o cientista político Carlos Raulfo Felix de Melo, professor do departamento de Ciências Políticas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Então o que falta? Consciência política. As pessoas têm outras prioridades na vida. É difícil encontrar tempo para acompanhar os desdobramentos da política. Quando o cidadão decide buscar informação, em geral liga o rádio ou o aparelho de televisão, fontes em que as notícias aparecem de forma desordenada e confusa. E filtrá-las não é tarefa simples. Para conhecer a fundo um candidato, é preciso gastar tempo e procurar dados em veículos especializados, como sites de políticos e partidos, do Congresso e do governo.

O Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), entidade não-governamental formada por empresários, tomou

Sérgio Lima/Folha Imagem



e as funções dos eleitos. O desconhecimento gera decepção com as escolhas feitas diante da urna

Pesquisa do Diap verificou que quase metade dos quadros do Congresso

uma iniciativa procurando, entre outras coisas, padronizar as informações para facilitar a tomada de decisão. Elaborou um projeto de lei, o Código de Defesa do Eleitor (CDE). O texto inicial foi apresentado ao presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo (PCdoB/SP), no final do ano passado, pelo primeiro coordenador do PNBE, Percival Maricato. Propõe discussões com a sociedade e o estabelecimento de princípios de conduta ética para postulantes a cargos públicos.

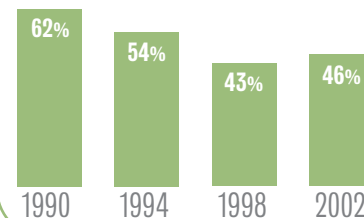
Dentre as iniciativas, uma ganha especial destaque. Gestores de primeiro e segundo escalão e candidatos e parlamentares das três esferas deverão obrigatoriamente apresentar em suas páginas na Internet informações que incluem currículo, programa de governo e propostas. Deverão expressar claramente sua opinião a respeito de 23 tópicos, como meio ambiente, carga tributária, reforma agrária, violência e burocracia. E terão também de enumerar eventuais condenações em processos penais. A partir daí, seriam monitorados por um conselho nacional a ser criado e, claro, pela população.

“Os políticos precisam enxergar que a democracia pertence à sociedade e as instituições são do povo. E não o contrário. A classe política está absolutamente desgastada hoje em dia. O CDE não é punitivo nem controlador, ele aprimora a democracia”,

afirma Maricato, que também atua como advogado e é vice-presidente da Ação Brasileira de Apoio ao Setor de Serviços (Abrasse). Mesmo repleto de boas intenções, tirar o CDE do papel não é tarefa simples. Há muitos interesses em jogo e o projeto pode levar anos para ser aprovado. “É um projeto polêmico”, sintetiza a deputada Luiza Erundina (PSB/SP), relatora do Código na comissão de legislação participativa da Câmara.

Outra forma de dar mais subsídios ao eleitor e isonomia às campanhas seria a regulamentação do conteúdo dos horários de propaganda política gratuita no rádio e na televisão, principal canal de comunicação entre população e candidatos. Mas como a questão é delicada, outros tipos de campanha começam a ser regulamentados. Algumas mudanças foram aprovadas pelo Congresso em abril. Os programas de rádio e televisão não poderão mais ter cenas externas nem usar recursos como computação gráfica e desenho animado. Os outdoors foram proibidos e também a distribuição de brindes como camisetas, chaveiros e bonés. A nova lei também acaba com os “showmícios”, espetáculos políticos cujo maior atrativo é a apresentação de artistas famosos. Pretende-se, assim, evitar que candidatos com mais recursos tenham vantagens sobre os outros. No entanto, ainda não se sabe se as novidades

Índice de renovação nos quadros da Câmara



Fonte: Diap

terão validade neste ano. Também está proibida a divulgação de pesquisas a menos de 15 dias da eleição. Alguns acham que as novas normas são rígidas demais. “O programa eleitoral não é de todo ruim. Dá à população a oportunidade de conhecer os participantes. Nessa era do marketing, vendem-se tanto sabão como candidato, não há meios para escapar dessa fórmula”, diz o professor Felix de Melo.

Virtual Longe dos sites oficiais e das leis, a sociedade começa a criar mecanismos para aprimorar a qualidade da relação eleitor-eleito. Em 2002, surgiu um instrumento inédito para monitorar os candidatos. Meses antes das eleições, o provedor Universo On-Line colocou no ar o site Controle Público, de iniciativa do jornalista Fernando Rodrigues, da *Folha de S. Paulo*,

Votos em partidos ou em políticos?

Um trabalho lançado recentemente pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM) ajuda a compreender melhor o comportamento da população diante das urnas. A entidade mapeou o número de votos dos candidatos de acordo com o endereço do eleitor. No site www.centrodameropole.org.br/eleicoes_especial.html, o internauta confere como políticos de certos partidos ganham grande número de votos na periferia, e como o eleitorado de outros se concentra em determinados bairros. A pesquisa, coordenada pela cientista política Argelina Figueiredo, pesquisadora do CEM e do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), revelou: independentemente do poder – executivo ou legislativo – ou da esfera – federal, estadual ou municipal –, os eleitores votam em políticos do partido com o qual sentem maior afinidade. Uma e sur-

presa num país onde sempre se considerou que o eleitor concede o voto às pessoas, e não às legendas.

A cidade selecionada para a primeira etapa da pesquisa foi São Paulo. Ali, a população da periferia votou no PT, a do centro no PSDB e a que vive na região mais ao norte votou no PP, antigo PPB. Observou-se, ainda, que não existe relação direta entre a classe social do eleitor e seu voto. Pessoas de baixa renda, que vivem na periferia, fazem escolhas diferentes daquelas, de mesmo poder aquisitivo, que vivem no centro. E em certos redutos da cidade a opção é pelo partido, e não pelo candidato. “Passamos dois anos levantando os dados, agora vamos interpretá-los”, diz Argelina Figueiredo, que não se constrange ao admitir não recordar o nome dos deputados em que votou – apenas dos partidos.

Nacional é alterada em eleições pós-crise, como a deste ano

em que era possível conferir as contas dos pleiteantes às eleições de 1998 e 2002. O resultado foi espantoso. Só na semana de estreia houve 1 milhão de acessos. Rodrigues acha que a Internet terá um papel relevante este ano. “Como se trata de um meio novo, sobretudo num país pobre como o Brasil, não é certo que todos os políticos estejam dando a devida atenção a esse tema. Os candidatos que se preocuparem com uma campanha estruturada também na Internet levarão vantagem sobre os demais.” O site está fora do ar e deve voltar no segundo semestre. Apesar da quantidade de computadores pessoais no Brasil ainda ser modesta – 32 milhões, conforme pesquisa da Escola de Administração de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV) –, ela cresce a taxas de 25% ao ano, e o número de internautas domésticos, que está na faixa de 13,2 milhões, aumenta a passos muito maiores. Tudo isso leva a crer que a rede será bastante usada pelos eleitores que querem tomar conhecimento das ações dos políticos.

A tendência é mundial e foi confirmada por um levantamento do Centro Pew, instituto norte-americano que pesquisa o comportamento dos políticos e da imprensa. O estudo, publicado no início de abril no jornal norte-americano *New York Times*, revelou: o número de eleitores que se conectaram em busca de notícias sobre política nos Estados Unidos saltou de 13% em 2002 para 29% em 2004, ano em que ocorreu a última eleição para a Casa Branca. Naquele país, 70% dos lares têm acesso à Internet. No Brasil, a ferramenta ainda não é tão popular, mas, segundo o advogado Maricato e a deputada Erundina, é a mais eficaz no processo de participação popular e aperfeiçoamento da democracia.

O fato, entretanto, é que não há satisfação garantida. A frustração pode vir de muitos lados. Um deles é o hábito de alguns parlamentares de trocar de sigla como trocam de roupa. A cientista política Argelina Figueiredo fez um mapa da dança das cadeiras e constatou que as mudanças geralmente ocorrem entre políticos



Alan Marques/Folha Imagem

Democracia consolidada: na última transição de cargo, Fernando Henrique Cardoso aguarda o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva na rampa do Palácio do Planalto

que gravitam ao redor dos partidos de direita. “É raríssimo um parlamentar sair de um partido de esquerda rumo a um de direita ou vice-versa”, diz. Segundo ela, os que abandonam partidos de esquerda normalmente o fazem por questões ideológicas, e fundam novas legendas, como ocorreu com o P-Sol e o PSTU, dissidências do PT. Para o professor Ranulfo Felix de Melo,

da UFMG, os políticos trocam de partido por dois motivos: para resolver conflitos nas bases eleitorais e para permanecer no poder. A solução para o problema, na opinião de Queiroz, do Diap, é aumentar o tempo de permanência do político num partido antes de ele poder se apresentar à eleição. O Código de Defesa do Eleitor prevê dois anos de filiação e penalidades que vão da

Os sites do Congresso Nacional são considerados referência mundial



A escolha do eleitor às vezes é feita com base na presença dos candidatos na mídia ou na indicação de artistas

censura pública à cassação de mandato para quem trocar de legenda. A novidade porém, não resolveria outra questão: as propostas partidárias são confusas. “Há uma pasteurização generalizada a ponto de todos os partidos serem mais ou menos de centro-direita, com programas de governo semelhantes”, diz Cláudio Abramo, diretor da organização não-governamental Transparência Brasil. Mas nem todos concordam com essa avaliação. Para a cientista política Figueiredo, as cisões partidárias demonstram que ainda existem discordâncias profundas entre as agremiações.

Frustrações Outra fonte de decepção é o abandono do mandato do político interessado em concorrer a outro cargo. Isso acaba de acontecer, por exemplo, com o comando da cidade de São Paulo, que foi passado ao vice-prefeito dois anos e nove meses antes do final do mandato concedido pelo eleitorado a José Serra (PSDB). E

São Paulo não é um caso isolado. Devido ao calendário de eleições, sempre que quiser concorrer ao governo um prefeito deverá deixar sua incumbência a meio caminho. Para evitar o abandono, a data do pleito para as três esferas – municipal, estadual e federal – poderia ser unificada. Esse modelo traria também a vantagem de evitar que o país parasse a cada dois anos para realizar eleições, em compensação provocaria uma mudança integral no comando do país a cada quatro anos.

Mais um fator de frustração: a ausência de parlamentares no Congresso. Pesquisa desenvolvida pelo site independente Congresso em Foco sobre a frequência dos parlamentares em dias de votação em 2005 mostrou que 111 deputados faltaram a mais de 25% das sessões deliberativas. Três deles, Vicente Cascione (PTB-SP), Paulo Gouvêa (PL-RS) e Gerson Gabrielli (PFL-BA), tiveram mais ausências do que presenças e outros 19 não compareceram

a mais de 60% das sessões do ano passado. A proposta do Código de Defesa do Eleitor, do PNBE, prevê permanência mínima de 160 horas por mês e presença em todas as votações, sob pena de perda de salário e até de mandato.

Nada, entretanto, deixa o cidadão mais irritado do que a constatação de que, após o pleito, alguns vitoriosos não cumprem com o “combinado”. O Código de Defesa do Eleitor afirma que o político tem obrigação de ser coerente com os princípios explicitados em seu site de candidato. Se contrariar seus compromissos, passa por um processo de avaliação e pode ser punido com censura pública ou cassação.

Claro que todos esses aperfeiçoamentos não serão colocados em prática simultânea ou rapidamente, até por envolverem interesses diversos e requererem debate amplo. Enquanto os mecanismos da democracia ainda deixarem a desejar, o professor titular do Instituto de Filosofia e Ciência da Universidade de Campinas (Unicamp), Roberto Romano, propõe paliativos. “A saída são as manifestações. Cidadãos honestos devem se postar nas saídas do Parlamento, do Executivo e do Judiciário sempre que medidas desastrosas para a fé pública forem impostas. Trata-se de uma versão nova das Mães da Praça de Maio ou das iniciativas de Gandhi e Luther King.”

Seja como for, o importante é que os brasileiros sintam a proteção das asas da liberdade para criticar, debater, reclamar e lutar por um país onde todos tenham voz. **d**

Saiba mais:



Senado Federal
www.senado.gov.br

Câmara dos Deputados
www.camara.gov.br

Pensamento Nacional das Bases Empresariais
www.pnbe.org.br

Congresso em Foco
www.congressoemfoco.com.br

Transparência Brasil
www.transparencia.org.br

URBANIZAÇÃO

Metrópoles em movimento

Por Lia Vasconcelos, de Brasília

Imagem
aérea
da capital
paulista,
megacidade
brasileira
que é uma
das maiores
cidades
do planeta



Novo estudo mostra que as cidades brasileiras cuja população mais cresce são as do Centro-Oeste, mas que isso não garante melhora na renda nem na qualidade de vida dos habitantes. As capitais do Sul continuam sendo as campeãs em bem-estar

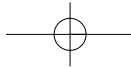
Em 1970, 56% dos brasileiros moravam em áreas urbanas. Hoje são 80%. Até 2050, segundo estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), 90% se concentrarão em grandes centros e a população nacional girará em torno de 200 milhões de pessoas (veja gráfico na pág. 28). Isso significa que as aglomerações urbanas devem receber 63 milhões de novos habitantes nos próximos 44 anos. Apesar de o crescimento acontecer em praticamente todo o canto, ocorre de forma bastante desequilibrada. Atualmente, os moradores urbanos se concentram em nove regiões metropolitanas. As maiores tendem a permanecer grandes, mas quais são os fatores que fazem uma cidade crescer mais do que outra?

A expansão econômica pode ter sido um dos principais motivos que levaram o Centro-Oeste a registrar as maiores taxas de aumento populacional das últimas três décadas – Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), Goiânia (GO) e Brasília (DF) foram as metrópoles que mais cresceram no país entre 1970 e 2000 (leia tabela na pág. 29). É inegável que o incremento populacional dessa região foi importante para equilibrar o processo de urbanização brasileiro, revertendo a tendência histórica de concentração no Sudeste. Por outro lado, o fenômeno requer atenção para que as conhecidas tragédias urbanas nacionais – poluição dos recursos hídricos e do ar, desmatamento, déficit de moradias, congestionamento de veículos, moradores de rua, violência, enchentes e desmoronamentos – não se repitam.

mento de veículos, moradores de rua, violência, enchentes e desmoronamentos – não se repitam.

A cidade que mais influiu, em termos populacionais, nas três últimas décadas, foi Campo Grande. Em 1970, a capital do Mato Grosso do Sul contava 140 mil habitantes. Em 2000, eram 663 mil, quase cinco vezes mais. Cuiabá viu sua população aumentar de 226 mil para 1 milhão e, em Goiânia, o salto foi de 450 mil para 1,6 milhão no mesmo período. No Distrito Federal e no seu entorno, os moradores somavam 761 mil em 1970. Em 2000 eram 2,9 milhões. Somente essas quatro áreas abrigaram 4,7 milhões de habitantes adicionais nos últimos 30 anos. Acolhem quatro vezes mais gente hoje do que em 1970. Suas taxas de crescimento populacional variaram de 4,3% a 5,2% ao ano, enquanto a média nacional foi de 2,7%.

Centro-Oeste O bom desempenho do agronegócio, principal atividade econômica da região Centro-Oeste, é considerado o grande motor dessa explosão. O diagnóstico foi apresentado no estudo “Um exame dos padrões de crescimento das cidades brasileiras”, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em conjunto com o Banco Mundial (Bird) e a Universidade Brown, nos Estados Unidos. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que de 1985 a 2003 o Produto



A cidade que mais cresceu no país em termos populacionais nas três últimas

Interno Bruto (PIB) da região cresceu 103%. Quase o dobro da média nacional registrada no mesmo período, de 55%. Na safra 2002/2003, a produção de soja foi responsável ocupou 1,4 milhão de hectares em Campo Grande. O milho cobriu 708 mil hectares e o trigo 90 mil hectares. Em 1997, a agropecuária representava 1,66% do PIB de Campo Grande. Três anos depois respondia por 1,97% do PIB. “Esse movimento de interiorização da urbanização era esperado e teve início com a inauguração de Brasília. Nesse sentido, o resultado do estudo não é surpreendente, pois o processo migratório veio com a expansão da oferta de emprego, e uma das maiores motivações da migração é a busca por trabalho”, afirmar Raquel Rolnik, secretária nacional de programas urbanos do Ministério das Cidades. Daniel da Mata, pesquisador e um dos autores do estudo do Ipea, lembra que a evolução do Centro-Oeste, que passou a ser também área de processamento do agronegócio atraiu a indústria de transformação, além dos setores de alimentação e bebidas, o comércio varejista e atacadista e os serviços de transporte e logística.

De acordo com a pesquisa do Ipea, os indicadores sugerem que a atração de novos residentes resulta da necessidade de atendimento à demanda por serviços na fronteira agrícola em rápida expansão. “O governo e a prefeitura têm realmente uma iniciativa agressiva para atrair novos investimentos por meio de incentivos fiscais. A prefeitura chega a doar áreas, dependendo do volume de investimento. O agronegócio foi de fato o grande esteio do estado de Mato Grosso do Sul, e mais especificamente de Campo Grande, entre 1970 e 2000, e a circulação de riquezas atrai pessoas”, diz Rodolfo Vaz de Carvalho, secretário municipal de agronegócio de Campo Grande.

Agronegócio Bernardo Palheiros, pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), registra que a expansão econômica se dá apenas nos grandes centros urbanos da região, especializados em atender à demanda rural, pois a atividade rural tem uma característica moderna e globalizada, que traz consigo uma série de serviços especializados. “O agronegócio não gera apenas a renda agrícola, mas também a renda urbana, que ajuda a

impulsionar o crescimento das cidades a seu redor, transformando-as em centros financeiros”, afirma Palheiros, especialista em economia da região do cerrado.

Isso é muito bom, mas se não acontecer de forma organizada pode trazer dificuldades. “As cidades do Centro-Oeste estão sendo ocupadas do mesmo modo como ocorreu com as mais antigas. Os problemas tendem a se repetir e isso tem a ver com o modelo de desenvolvimento econômico do agronegócio, que é concentrador, pois não gera pequenas e médias cidades, de apoio”, diz Rolnik. Atualmente, além da soja e da pecuária, o Centro-Oeste começa a atrair produtores de algodão, cana-de-açúcar e a indústria têxtil, o que tende a tornar a situação mais complexa. “Uma atividade puxa a outra e são todas ligadas”, explica o pesquisador do Cebrap.

Para Ermínia Maricato, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP) que durante quase três anos foi secretária executiva do Ministério das Cidades, os centros urbanos do Centro-Oeste ainda são agradáveis e têm quali-

Nem tudo converge para as grandes cidades

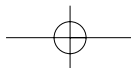
Em 1970, nas aglomerações urbanas do Brasil com média de 4 milhões de habitantes, a indústria empregava 31% das pessoas e o setor de serviços 58%. Nas regiões metropolitanas menores, com média de 130 mil habitantes, naquele mesmo ano, 19% da população trabalhava na indústria e 47% na prestação de serviços. Para 2010, a estimativa é de que, nas maiores cidades, 22% dos trabalhadores estejam em indústrias e 76% nos serviços. Nas menores, a indústria deverá ter em seus quadros 26% da população, enquanto o setor de serviços empregará 69%. Assim, com o desenvolvimento do sistema urbano a indústria tende a se deslocar das grandes ci-

dades para a periferia e depois para cidades menores. O trabalho “Um exame dos padrões de crescimento das cidades brasileiras” mostra que esse movimento acontece porque a indústria procura sempre custos, como salários e aluguéis, mais baixos.

“Em 2010, cerca de 80% da população dos grandes centros urbanos do Brasil estará empregada no setor de serviços, o que indica a descentralização da indústria e a mudança da fonte principal de emprego dos habitantes das maiores cidades. Embora o setor de serviços cresça tanto nas grandes como nas pequenas aglomerações, a indústria cai nas primeiras, mas cresce

de forma considerável nas de menor porte”, analisa Daniel Da Mata, um dos autores do estudo. Segundo ele, os países desenvolvidos já passaram por essa transição e o movimento no Brasil só agora começa a ser notado. Para ele, essa tendência também indica que a dinâmica do sistema urbano no Brasil apresenta um processo de diversificação crescente nas grandes cidades e de maior especialização econômica naquelas de porte médio. Em relação ao setor secundário, o volume de mão-de-obra empregada diminuiu com o aumento do tamanho das cidades.

“A indústria está se deslocando para cidades mais baratas, mas ainda próximas dos grandes centros, o que não colabora para a redução da desigualdade espacial e territorial brasileira. Desta forma é possível explicar porque



décadas do século passado foi Campo Grande

dade de vida, mas padecem de um mal que um dia vai cobrar seu preço. “A urbanização está ocorrendo de forma dispersa. Isso significa terra ociosa e, portanto, cara, o que expulsa gente para a periferia e eleva o custo da infra-estrutura urbana. A urbanização em curso no Centro-Oeste caminha para uma segregação que vai, em algum momento, se traduzir em violência e conflitos”, avalia. Em sua opinião, o modelo paulistano e de muitas outras metrópoles não deveria ser reproduzido. Estima-se que cerca de 33% dos pobres brasileiros vivam em grandes centros do Sudeste. Concentram-se também nas regiões metropolitanas 80% dos que vivem em favelas. E a tendência é de que o país tenha um número crescente metrópoles. Das 123 regiões analisadas pelo Ipea, somente três estavam na faixa de 2 milhões de habitantes em 1970. Em 2000 eram dez.

Os números comprovam que, depois de formados os bolsões de pobreza, é muito difícil lidar com as conseqüências que acompanham o fenômeno. Os dados de 1999 do Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade do município de São Paulo (PRO-AIM) mostram

cerca de 80% da população urbana ainda se concentra em nove ou dez regiões metropolitanas”, afirma Carlos Roberto Azzoni, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da Universidade de São Paulo (USP). Para ele, algumas mudanças contribuíram para esse movimento. Hoje, com o avanço das telecomunicações, é possível controlar tudo a distância e os processos produtivos estão mais padronizados e automatizados. “A fábrica pode ficar em uma cidade onde salários e aluguéis sejam reduzidos, enquanto a inteligência da empresa continua no grande centro urbano. O setor de serviços, por outro lado, tem natureza essencialmente urbana e concentradora, pois tem de estar próximo a seu mercado consumidor”, diz.



Campo Grande, no Mato Grosso do Sul: qualidade de vida ameaçada pela urbanização dispersa e acelerada

Zig Koch/Opção Brasil Imagens

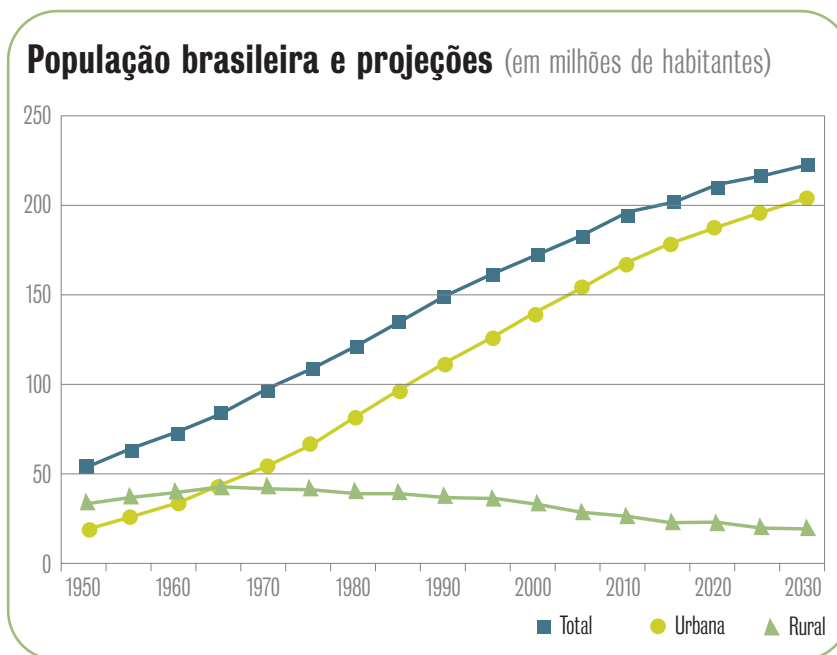
“As cidades do Centro-Oeste ainda são agradáveis e têm qualidade de vida,

uma relação direta entre espacialidade e violência. As áreas mais violentas são aquelas em que predominam a perversa conjugação de níveis baixos de renda e de escolaridade, elevado desemprego, maior número de moradores em favelas e piores condições de moradia.

Na cidade de São Paulo, dos 10,5 milhões de habitantes, aproximadamente 1,2 milhão moram em favelas (aí incluídos domicílios em áreas de risco, bem como em região de mananciais), 1,6 milhão ocupa loteamentos irregulares e cerca de 600 mil moram em cortiços. “A verdade é que o Brasil está dando um tiro no próprio pé. Em nenhum país a urbanização ocorreu sem um plano territorial. Depois que os problemas estão instalados, é muito mais difícil lidar com eles”, avalia Rolnik.

Marta Lúcia da Silva Martinez, diretora de urbanismo do Instituto Municipal de Planejamento Urbano (Planurb), de Campo Grande, informa que dos 760 mil habitantes da cidade, por volta de 12 mil estão em favelas, proporção bastante inferior à registrada em São Paulo. “Os dois maiores problemas detectados na cidade foram o transporte público e a política de habitação. Desde 1936, Campo Grande tem um plano diretor constantemente revisado. Como a população está espalhada, os custos de infra-estrutura são altos. Agora estamos revendo a política habitacional para motivar a ocupação de áreas ociosas e disponíveis”, explica Martinez.

Planejamento “A urbanização no Brasil se deu de forma desigual. Esse elemento aumenta a brecha de exclusão social, tônica no desenvolvimento das cidades. Existem ações para corrigir essa realidade, mas não para preveni-la. É preciso um esforço nacional para favorecer a desconcentração e fazer com que as cidades médias funcionem melhor, para que possam absorver a periferia das grandes”, pondera Alberto Paranhos, oficial principal no escritório regional do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-Habitat) para a América Latina. Na opinião



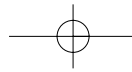
de Rolnik, ainda há tempo para reverter a situação desde que se conceba um planejamento territorial com estratégias deliberadas para induzir e estimular a ocupação de espaços. “No Brasil nunca houve essa discussão. O Ministério das Cidades até tentou fomentar o debate, mas não houve avanço”, afirma. Para ela, o Brasil tem o benefício de seu território ainda estar sendo ocupado. “É um grande desafio, mas existem chances de equacioná-lo, porque há muitas regiões em formação no país”.

Em 2001, foi aprovado o Estatuto da Cidade, lei que regulamenta a política urbana. Atribui aos municípios obrigação de cumprir sua função social, garantindo qualidade de vida aos moradores e sustentabilidade à existência da urbe. “Se o estatuto da fosse aplicado, o Brasil poderia ser completamente diferente. Mesmo assim é importante lembrar que, além colocá-lo em prática, é preciso dar o direito de as pessoas morarem nas cidades”, afirma Maricato. A lei, entre outras medidas, prevê garantia do direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer,

Prevê também a gestão democrática na formulação, na execução e no acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano e mais: a cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização e a oferta de equipamentos e comunitários. Enfim, o Brasil teria cidades perfeitas, se para criá-las bastasse o arcabouço legal.

Um dos vários pontos positivos, e factíveis, do estatuto é a exigência de que as cidades tenham um plano-diretor, um instrumento básico da política de desenvolvimento do município. “Estamos incentivando a criação de planos Brasil afora. Atualmente, 1.000 municípios estão elaborando seu plano pela primeira vez”, diz Rolnik. A secretária explica que as cidades com mais de 20 mil habitantes, ou que fazem parte de aglomerações urbanas, têm até outubro para aprovar seus planos. Os municípios turísticos, ou que sofrem algum tipo de impacto ambiental, também são obrigados a fazer seus planos, mas ainda não têm prazo definido para aprovação.

Outro grande obstáculo que está sendo



mas padecem de um mal que um dia vai cobrar seu preço”

Divulgação



Teresina: capital nordestina que proporcionalmente mais cresceu sua representatividade na população estadual, de 13,1% em 1970 para 25,2% em 2000

atacado é a regularização fundiária, ou seja, a legalização da posse de terra e imóveis. O Ministério das Cidades tem um plano para oficializar as propriedades e até agora 1 milhão de famílias de 218 municípios têm processos em andamento. Dessas, 214 mil famílias já tiveram seus títulos concedidos. O programa atua somente na área urbana – 70% das famílias estão em regiões metropolitanas – e com famílias de baixa renda.

A qualidade de vida nas aglomerações urbanas também foi objeto de estudo da pesquisa do Ipea. Verificou-se que, com o aumento do tamanho das cidades, a qualidade de vida piora – essa deterioração pode ser mensurada, por exemplo, pela infra-estrutura, pela rede de serviços de saúde e educação, pelos gastos do governo local com bens públicos, e ainda pelo acesso à coleta de lixo e à água encanada, pela expectativa de vida e pela mortalidade infantil. “Os gastos em saúde e educação estão positivamente relacionados com o nível de renda per capita de uma cidade e, para a maioria dos indicadores de qualidade de vida, as com alta renda e as da região Sul oferecem uma melhores condi-

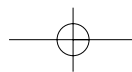
As cinco cidades cuja população mais cresceu entre 1970 e 2000

Cidades	Região	1970	2000	Crescimento anual (em %)
Campo Grande	Centro-Oeste	140.233	663.621	5,2
Cuiabá	Centro-Oeste	226.437	1.051.183	5,1
Brasília	Centro-Oeste	761.961	2.965.951	4,5
Goiânia	Centro-Oeste	450.538	1.651.691	4,3
Manaus	Norte	534.060	1.865.901	4,2

As cinco cidades com maior aumento na renda entre 1970 e 2000

Cidades	Região	Crescimento anual (em %)
Florianópolis	Sul	4,65
Cuiabá	Centro-Oeste	4,35
Teresina	Nordeste	4,16
Joinville	Sul	3,86
Brasília	Centro-Oeste	3,75

Fonte: Ipea



Segundo o Ipea, cidades com menor renda per capita em 1970 vêm inflando mais rapidamente

ções a seus habitantes”, diz Da Mata.

Curitiba é um exemplo. Em ranking elaborado em 2005 pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a cidade foi eleita pelos seus habitantes como o município com melhor qualidade de vida no Brasil. “Curitiba tem cerca de 1,8 milhão de habitantes. Os transportes públicos são usados por 1,2 milhão de pessoas por dia. O sistema já sofre com alguns picos de lotação e estamos elaborando um estudo para o futuro do transporte da cidade”, diz Luís Henrique Cavalcanti Fragomeni, presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, ligado à prefeitura. Na sua opinião, o maior desafio enfrentado pela capital paranaense é a política habitacional. “Precisamos evitar o

inchaço. Se a taxa de crescimento atual for mantida, em pouco tempo teremos 2 milhões de habitantes, o que deve trazer problemas. Nossa idéia é oferecer alternativas de ocupação espacial”.

O estudo do Ipea analisou também que tipo de impacto a renda per capita pode ter no crescimento das cidades. Verificou que, apesar de a renda per capita ser mais elevada em cidades maiores, municípios com menor receita por habitante em 1970 vêm obtendo avanços em ritmo mais acelerado (leia tabela abaixo). Teresina, a capital do Piauí, é a cidade do Nordeste cuja renda per capita mais cresceu entre 1970 e 2000 – a taxa média foi de 4,16% ao ano. Em termos nacionais, só perde para Florianópolis, em Santa Catarina (4,65%), e Cuiabá,

no Mato Grosso (4,35%).

Não foi só nesse quesito que Teresina evoluiu. “Ela foi a capital nordestina que proporcionalmente mais cresceu sua representatividade no total da população estadual, passando de 13,1% em 1970 para 25,2% em 2000. Cerca de 46% do valor adicionado pelas empresas comerciais e industriais do Piauí são gerados em Teresina, segundo dados da Secretaria Estadual de Fazenda”, revela Felipe Mendes de Oliveira, secretário de Finanças da capital piauiense. Para ele, por sua localização geográfica no interior do estado, a cidade se transformou em importante pólo de comércio e serviços, especialmente no setor de saúde, e atrai pessoas dos vizinhos Maranhão, Ceará, Pará e Tocantins. “Há no Piauí uma ausência de centros dinâmicos no interior, por isso Teresina adquire tamanho destaque. Em outros estados, a desigualdade entre as cidades é menor”, explica Oliveira.

Subdesenvolvimento Como disse o geógrafo Milton Santos em seu livro *As cidades nos Países Subdesenvolvidos*, “tanto do ponto de vista da organização regional como do ponto de vista da organização interna, a cidade é, enfim, uma autêntica e total representação da região a que preside e do mundo com o qual comercia”. As grandes cidades brasileiras, com suas conhecidas tragédias urbanas, refletem, assim, muito mais do que problemas locais. Elas são expressão do subdesenvolvimento. Tentar melhorar a qualidade de vida de seus habitantes é tarefa urgente, mas o desafio não é pequeno, já que os problemas urbanos se confundem com os dilemas do país. É necessário, portanto, que o Brasil desenvolva uma política institucional para as regiões metropolitanas. Ações compensatórias pontuais, como a experiência tem mostrado, são insuficientes para reverter a realidade de uma urbanização perversa, em que a marginalização de crescentes segmentos populacionais é apenas uma das pontas de um imenso iceberg de problemas. **d**

Indicadores de Campo Grande (em %)



Indicadores de Curitiba (em %)



Indicadores de Teresina (em %)



1970 ■ 2000 ■

Fonte: Ipeadata

O sucesso de algumas cidades



O Brasil é um país extremamente urbanizado. Aproximadamente 80% da população vive em áreas urbanas e 90% de seu Produto Interno Bruto (PIB) é produzido nas grandes cidades. A Organização das Nações Unidas (ONU) estima que o crescimento populacional das próximas três décadas ocorrerá basicamente nas áreas urbanas, cuja população será de mais de 200 milhões de pessoas. Isso adicionará 63 milhões de novos habitantes às grandes metrópoles. Para enfrentar essa situação, haverá a necessidade de investimento em infra-estrutura e serviços públicos a fim de atender às novas demandas. Caso contrário, os problemas urbanos atuais poderão ser exacerbados.

Concomitantemente ao crescimento populacional no sistema urbano brasileiro, a descentralização fiscal e administrativa amplificou o papel das cidades no que concerne à atração de investimentos e ao fornecimento de serviços públicos. Nesse cenário é essencial identificar as políticas públicas que estimulam o crescimento econômico das cidades. As questões que se levantam são as seguintes. O “sucesso” das cidades é guiado por fatores externos (como localização privilegiada ou um porto num período de crescimento do comércio internacional) ou são as políticas públicas que influenciam o crescimento e o desenvolvimento dessas regiões? Qual a contribuição relativa de políticas de âmbito nacional *vis-à-vis* políticas locais? Quais os determinantes do crescimento das cidades brasileiras?

O crescimento de renda do trabalho não pode ser considerado o único sinal de “sucesso” das cidades. Algumas localidades experimentam elevado dinamismo no mercado de trabalho sem aumento da massa salarial, pois a migração em busca de novas oportunidades estanca o crescimento da renda do trabalho. Em alguns casos, o elevado crescimento do emprego indica uma cidade de sucesso. Desta forma, é preciso considerar tanto os aspectos de demanda quanto os de oferta na análise dos determinantes do crescimento das cidades.

Em recente artigo acadêmico, em co-autoria com pesquisadores do Banco Mundial e da

Brown University, identificamos que governança local, acúmulo de capital humano e melhora da infra-estrutura são fatores que influenciam o desempenho das cidades brasileiras. A diminuição de oportunidades de renda em áreas rurais e o aumento do potencial de mercado (isto é, a ampliação do mercado consumidor vizinho) causam forte impacto no crescimento das cidades. O sistema educacional exerce, também, papel importante. A melhora na qualidade da força de trabalho e os transbordamentos da acumulação de conhecimentos são fatores relevantes.

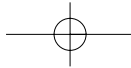
Os significantes investimentos em infra-estrutura realizados pelo governo (a maioria entre 1950 e 1980) para integrar a economia nacional e diminuir os custos de transações de regiões periféricas foram essenciais, já que a redução nos custos de transporte é apontada como outro fator para o inchaço urbano. A falta de investimento, e as deficiências em infra-estrutura, são consideradas alguns dos maiores riscos ao crescimento de longo prazo das cidades e, conseqüentemente, da economia brasileira.

Melhorias na qualidade de vida da população urbana estão, também, correlacionadas com uma melhor performance econômica. A criminalidade (homicídios, assaltos etc.) é um entrave ao crescimento. Da mesma forma, influem no desempenho econômico as políticas de zoneamento.

As concepções de políticas públicas devem ser adequadas a diferentes realidades. Por exemplo, há políticas distintas apropriadas a centros de tamanhos diversos. O crescimento das cidades demanda, ainda, o entendimento de problemas urbanos, como a formação de favelas. Assim se torna possível a prescrição de políticas cujo efeito seja o aumento do bem-estar agregado da população.

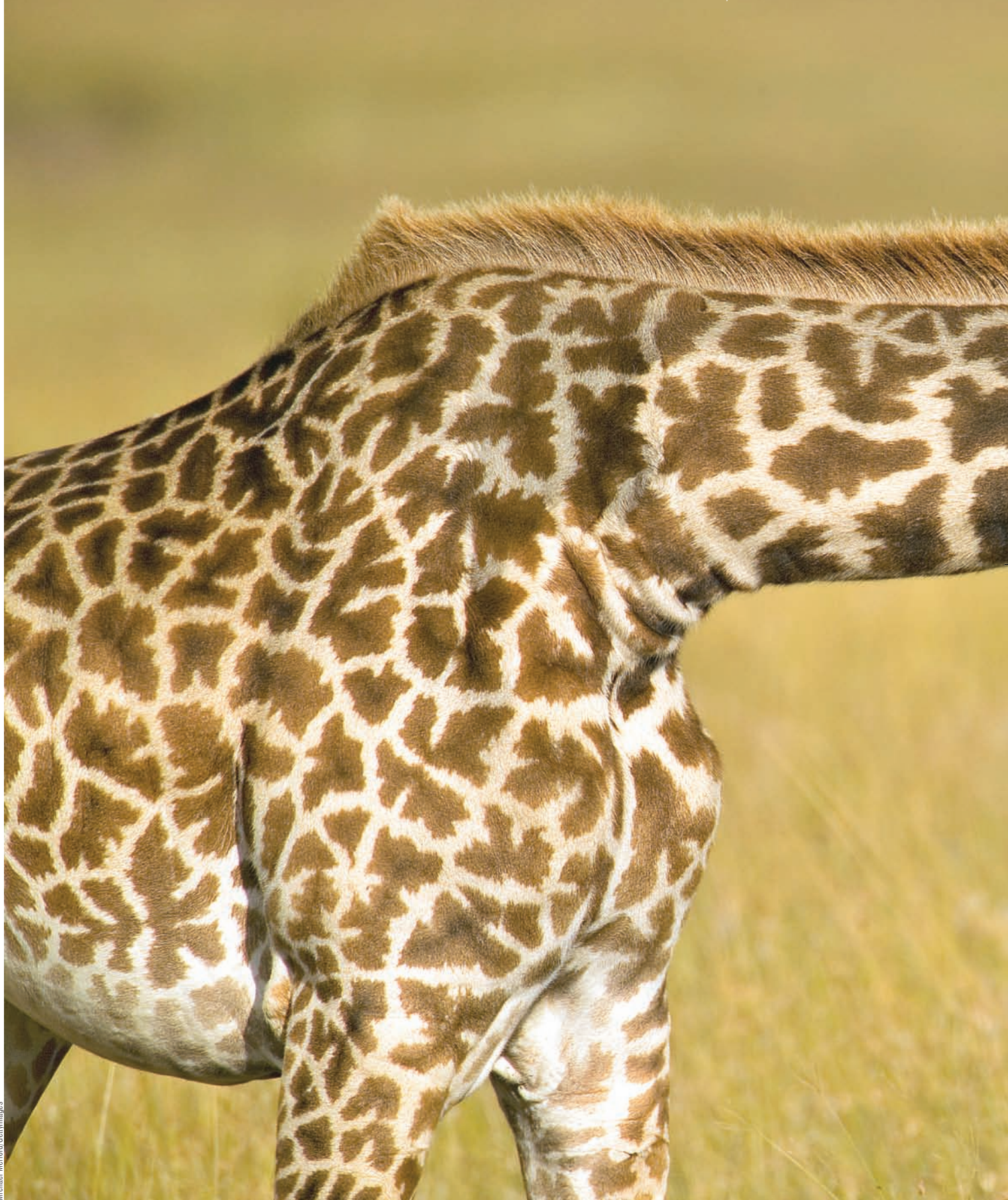
Daniel da Mata é pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

“O crescimento de renda do trabalho não pode ser considerado o único sinal de ‘sucesso’ das cidades. Há localidades com alto dinamismo no mercado de trabalho sem aumento da massa salarial”

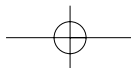
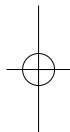


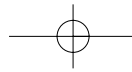
COMÉRCIO EXTERIOR

Por Ottoni Fernandes Jr., de São Paulo



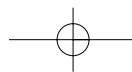
Michael Meilford/Getty Images

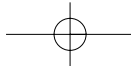




África em foco

O continente volta a ser destaque entre as prioridades de empresários e diplomatas brasileiros, como na década de 1970. Sua economia vem crescendo. As exportações para lá aumentaram 153% no ano passado, mas ainda são insuficientes para reverter a balança comercial, que segue negativa para o Brasil





A África Meridional soma 54 países e 800 milhões de habitantes. Sua população é

Os países africanos voltaram a ganhar importância na agenda dos exportadores e diplomatas brasileiros. Especialmente as ex-colônias portuguesas. Nos três últimos anos, 15 dos 53 países do continente foram visitados pelo presidente da República e por missões de empresários organizadas pelo governo. O crescimento das exportações para essas regiões entre 2002 e 2005 foi de 167%. Só perdeu para o resultado alcançado no Mercosul (leia tabela abaixo). A política externa sozinha não explica esse avanço. A abertura de novos mercados exige esforço empresarial e as estatísticas mostram que a tarefa tem sido cumprida com bons resultados. De maneira geral, no ano passado as vendas para a África bateram em 6 bilhões de dólares, o que representa 5% do total dos negócios externos brasileiros e um salto da ordem de 153% em relação a 2002. África do Sul, Nigéria, Angola, Argélia e Gana absorveram 57% das vendas nacionais. Campeões nessa rubrica, os sul-africanos compraram 1,4 bilhão de dólares em 2005. “A diplomacia brasileira, ao dar prioridade à África, caminha na mesma direção do fluxo de comércio internacional”, diz Gilberto Dupas, coordenador-geral do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional da Universidade de São Paulo (Gacint-USP).

Crescimento De fato, a economia africana, especialmente a de países produtores de petróleo, como Angola, Argélia ou Nigéria, está em ascensão. De acordo com informações do Fundo Monetário Internacional (FMI), nos 15 países visitados pelas missões brasileiras o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou, em média, 5% – índice superior à média mundial, que ficou em 4,8% – e poderá crescer ainda mais em 2006 (leia tabela na pág. 37). Os dados devem ser analisados em perspectiva. Em países extremamente depauperados, como é o caso de muitos dos africanos, um crescimento de 5% do PIB não se torna visível nas ruas ou nas casas. Não é suficiente para resultar em enriquecimento nas vilas e cidades. Os re-

sultados, portanto, são positivos e promissores, mas não tiram o continente da miséria de um ano para outro. Para isso serão necessárias décadas de crescimento acelerado – e sustentado não apenas num produto, que é o que vem se verificando.

Em seu relatório sobre perspectivas da economia mundial, o FMI prevê que os países africanos localizados abaixo do deserto do Saara (no subcontinente denominado África Meridional) crescerão 5,8% neste ano, depois de uma expansão de 5,5% em 2005. Motivo: a alta cotação do petróleo no mercado internacional. Angola, cujo PIB inflou 14,7% em 2005, poderá alcançar a taxa inédita de 27,6% neste ano. “O país deverá produzir 2 milhões de barris de petróleo por dia em dois anos. Hoje produz 1,5 milhão”, diz Roberto Dias, diretor de relações institucionais da Construtora Norberto Odebrecht, que mantém negócios no país desde a década de 1980 (leia quadro na pág. 36).

Historicamente, a definição da política externa brasileira e as providências tomadas no sentido de atender aos interesses nacionais são alvos de debates e críticas. Num situação de economia globalizada e altamente competitiva, no entanto, não existe grande desacordo: todo e qualquer potencial mercado comprador de produtos brasileiros é muito bem-vindo. É o caso da África Meridional, que soma 54 países e 800 milhões de habitantes. É uma área riquíssima em bens naturais – especialmente minérios –, embora sua população seja paupérrima. A situação, aparentemente paradoxal, tem duas explicações fundamentais. A primeira está nos conflitos étnicos, resultantes de séculos de intervenção estrangeira que dividiram os países do continente na prancheta, a régua, sem considerar os hábitos e costumes dos povos. A outra está na corrupção, prática comum durante o período colonial que, em vez de desaparecer após a independência, só fez crescer. A África, portanto, embora abrigue a população mais miserável do planeta, tem riquezas.

Para os brasileiros, o cenário não é ruim. Abre a possibilidade de troca de alimentos

e produtos industrializados por petróleo ou diamantes, por exemplo. Segundo Armando de Mello Meziat, secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as perspectivas são boas. “A grande vantagem de vender para países dos quais importamos petróleo é a garantia de que nossos exportadores receberão por suas vendas. Além disso, temos objetivos maiores, como diversificar os mercados e os produtos ofertados”, diz. Ali, hoje, o Ministério das Relações Exteriores mantém 21 representações. Camarões, Guiné, Tanzânia e Sudão ganharam embaixadas brasileiras em 2005. Sinal de que o subcontinente vem retomando a importância que teve nos anos 1970. É uma segunda onda do Brasil na África, por assim dizer.

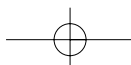
“Na década de 1970, o governo brasi-

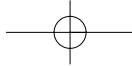
Variação nas exportações brasileiras (2002/2005)

Países visitados nos últimos três anos

Gabão	813,3%
São Tomé	595,5%
Camarões	567,4%
Guiné-Bissau	475,8%
Senegal	352,3%
Argélia	342,5%
Cabo Verde	337,8%
Gana	281,2%
Benin	267,0%
Namíbia	239,3%
África do Sul	186,7%
Angola	160,9%
Nigéria	87,8%
Moçambique	0,4%
Botsuana	-5,2%
Média visitados	166,6%
Mercosul	254,2%
Total África	153,0%
Total do Brasil	96,0%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior



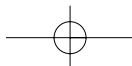
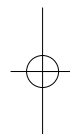
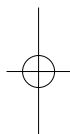


paupérrima, mas a área é riquíssima em bens naturais, especialmente em petróleo

Ricardo Stuckert



Presidente Lula chegando a São Tomé e Príncipe, um dos quinze países africanos visitados por ele durante seu mandato



Os negócios entre brasileiros e africanos vêm aumentando, mas a balança comercial ainda

leiro tinha interesse geopolítico na África Ocidental porque países como Nigéria e Angola, ricos em petróleo, reduziam a incerteza de abastecimento resultante de manobras do cartel dos produtores do Oriente Médio”, explica Dias, da Odebrecht. Em 1973, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) deixou os países industrializados em polvorosa ao reduzir as exportações do combustível, que teve seu preço elevado. Antes mesmo, em 1972, o então ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barbosa, visitou diversos países africanos. “O governo brasi-

leiro queria diminuir a dependência em relação aos Estados Unidos e estreitou os laços com nações do Terceiro Mundo”, diz Ivo Santana, doutor em ciências sociais especializado em relações empresariais entre Brasil e África. Na primeira missão brasileira, de 1973, representantes de 37 empresas e associações visitaram oito países. Havia muito a fazer: identificar os produtos com maior potencial, abrir linhas de navegação marítima, encontrar representantes confiáveis, além de buscar apoio diplomático. O trabalho rendeu frutos e, em 1981, as exportações para a região

chegaram a 8,4% dos 23 bilhões de dólares vendidos pelo Brasil ao exterior. Depois os negócios minguaram, devido à instabilidade política na África e à crise da dívida externa que afetou o Brasil e outros países latino-americanos. “A estratégia de recolocar a África Ocidental no rol de prioridades é correta, mas a agenda brasileira ainda não é tão ativa como era nos anos 1970, no período militar”, alerta José Maria Nunes Pereira, professor de História Africana da Universidade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro.

Atualmente, empresários e diplomatas tratam de pavimentar o caminho para a ampliação dos negócios. O MDIC pretende reverter os resultados da balança comercial, desfavoráveis ao Brasil. No ano passado, o saldo comercial foi deficitário em 680 milhões de dólares. E há muito espaço para a expansão das vendas de bens industrializados e serviços brasileiros na África.

Pioneirismo e resultados positivos

A guerra de libertação do domínio colonial português mal tinha terminado, em Angola, e o país estava mergulhado em conflitos internos, encerrados apenas no ano passado, quando os primeiros representantes da Construtora Norberto Odebrecht (CNO) deixaram o Brasil para plantar obras naquele território. Corriam os primeiros anos da década de 1980. O Brasil vivia em plena ditadura militar, alinhado com os Estados Unidos contra a expansão do comunismo promovida pela União Soviética. Angola era governada pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), ligado aos comunistas. Por contraditório que pareça, no entanto, o governo militar brasileiro não fez qualquer oposição quando os soviéticos ofereceram a oportunidade para que a construtora entrasse no mercado angolano. Àquela altura, as preocupações relativas ao mercado do petróleo eram mais fortes do que as relacionadas a vertentes político-ideológicas.

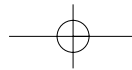
Ocorreu que a Odebrecht trabalhava em parceria com exportadores de equipamentos soviéticos na construção da usina hidrelétrica de Olmos, no Peru. “Em 1981, nossos representantes foram chamados a Moscou onde nos ofereceram o contrato das obras de construção civil da hidrelétrica de Capanda, em Angola”, conta Roberto Dias, diretor de relações institucionais da construtora. Firmado o contrato, que

previa o pagamento dos serviços da Odebrecht com petróleo angolano vendido à Petrobras, teve início a aventura. Não havia estradas, pistas para pouso de aviões, produção de alimentos para os trabalhadores, mão-de-obra qualificada. Angola era carente de tudo, além de oferecer pouca segurança a quem trabalhasse ali. Entre muitos contratemplos, o acampamento da CNO em Capanda foi invadido duas vezes pelas tropas da União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita), grupo guerrilheiro apoiado pelo governo da África do Sul que se opunha ao MPLA. “Os trabalhos ficaram paralisados durante muitos meses, com a destruição de parte das instalações e do canteiro”, recorda Dias. Passaram-se quase 25 anos até que as obras civis da usina fossem concluídas, embora ainda faltem ser instaladas duas das quatro turbinas. A operação, entretanto, serviu de credencial para que a Odebrecht assumisse novos empreendimentos no país.

Atualmente, a construtora participa, entre outras, de obras de habitação popular, condomínios residenciais e shopping centers. Cuida da ampliação do serviço de água e esgoto em Luanda, capital angolana, com 4,5 milhões de habitantes. Além disso, tem participação minoritária num consórcio que explora petróleo e é sócia de uma estatal angolana numa mineiradora de diamantes.

Oportunidades A Nigéria é o país africano mais populoso, com 114 milhões de habitantes. É o quinto maior produtor da Opep, que, aliás, é presidida pelo nigeriano Edmund Daukoru. Mas tem experimentado conflitos internos que tornam instável seu fornecimento de petróleo. Nos quatro últimos meses, rebeldes do Movimento para a Emancipação do Delta do Níger promoveram uma série de ataques a instalações petrolíferas e reduziram a produção do país de 2,5 milhões para pouco menos de 2 milhões de barris por dia. A crise vem aumentando com a aproximação da eleição que, pela primeira vez em 47 anos de independência, poderá levar ao poder um civil. Está visto que a Nigéria tem problemas, mas mesmo assim foi responsável pela compra de 80% das exportações brasileiras nos três primeiros meses deste ano.

Outro alvo verde-amarelo é a Argélia. O ministro Luiz Fernando Furlan, do MDIC, liderou uma missão comercial para a Argélia em novembro do ano passado. Nesse ano, o país exportou 2,8 bilhões de dólares para o Brasil, sendo quase 90% em petróleo



é desfavorável ao Brasil. No ano passado, o saldo foi deficitário em 680 milhões de dólares



Ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, (o quarto à direita) participa de evento de promoção de negócios na Argélia

Bom desempenho econômico

(variação do Produto Interno Bruto)

	2005	2006
África do Sul	4,3%	4,3%
Angola	14,7%	27,6%
Argélia	4,8%	5,3%
Benin	3,9%	4,4%
Botsuana	3,8%	3,5%
Cabo Verde	6,3%	7,7%
Camarões	2,8%	4,3%
Gabão	2,2%	2,7%
Gana	5,8%	5,8%
Guiné-Bissau	2,3%	2,6%
Moçambique	7,7%	7,4%
Namíbia	3,6%	3,8%
Nigéria	3,9%	4,9%
São Tomé e Príncipe	3,2%	4,5%
Senegal	5,7%	5,0%
Média	5,0%	6,3%

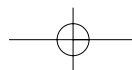
Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI)

bruto e o restante em insumos para a indústria petroquímica. Na outra mão, importou açúcar e óleo de soja – 54% dos 46 milhões de dólares de vendas brasileiras para o país no primeiro trimestre de 2006 –, além de tubulação para oleodutos e gasodutos e automóveis.

As oportunidades existem, mas, como adverte Marco Marconini, especialista em comércio exterior e consultor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), “é preciso construir vínculos, o que é um processo demorado, que requer esforço continuado dos empresários e do governo brasileiro”. Mais: “Países de grande população, como a Índia, despertam cobiça de exportadores, mas não há tradição de comércio bilateral e faltam linhas marítimas de transporte, o que dificulta a consecução de resultados”.

Aliança A diplomacia brasileira busca aliados africanos também em áreas mais políticas. Uma delas é a Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio

(OMC), em que se pretende levar países desenvolvidos a reduzir barreiras comerciais e subsídios à agricultura. Os resultados podem ser minguados, alerta João Alberto De Negri, diretor de pesquisas setoriais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), pois “muitos países africanos já contam com tarifas preferenciais em suas exportações para os mercados europeu e norte-americano”. O principal parceiro brasileiro nessa contenda é a África do Sul, que faz parte, assim como o Brasil, do G-20, grupo que pretende ampliar suas exportações agrícolas para União Européia e América do Norte. Entretanto, Dupas, da USP, considera o G-20 uma estrutura pragmática, variável e circunstancial, que hoje se alinha em torno de certos objetivos, mas pode se desalinhar amanhã. As considerações de Negri e Dupas permitem inferir que o sucesso do comércio exterior entre Brasil e África não implica necessariamente a criação de um bloco coeso nas pendências diplomáticas com os países desenvolvidos. **d**



DEBATE SEM FRONTEIRAS

Tema de abril: “O dilema do ajuste fiscal”

Mensalmente, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) promove o “Debate sem fronteiras”, em que são apresentados dois pontos de vista sobre questões fundamentais para o desenvolvimento do país. *Desafios* publicará, a partir deste número, em todas as edições, artigos que resumem as idéias discutidas. Os encontros, abertos ao público, ocorrem no auditório do Ipea em Brasília. Maiores informações no site da *Desafios*

Os obstáculos da política fiscal*

Fabio Giambiagi

Em 14 anos (de 1991 a 2005), o gasto primário do governo central aumentou de 14% para 23% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Em meados da década de 2000, a situação fiscal do Brasil registrou alguns destaques: a obtenção de níveis de déficit público inéditos desde que o indicador das Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP) começou a ser apurado no país; e uma ligeira queda na trajetória da relação dívida pública/PIB depois de 2002. No lado negativo do balanço, aparecem novo aumento da relação gasto público/PIB; piora do problema previdenciário; e elevação da carga tributária; além da continuidade da rigidez orçamentária e do baixo valor do investimento público.

Dentre os problemas fiscais brasileiros, a despesa previdenciária/assistencial é, de longe, o maior. Quando se comparam os gastos de 2005 com a média do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), observa-se que, embora tenha ocorrido aumento expressivo nas transferências a estados e municípios, no caso das demais rubricas o que houve foi um salto das despesas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) com benefícios, e do Tesouro com a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e as Rendas Mensais Vitalícias (RMVs). A soma desses itens aumentou quase três pontos do PIB entre 1995-1998 e 2005, enquanto o conjunto das demais rubricas se manteve relativamente estável em torno de 10% do PIB.

Embora o Brasil tenha feito alguns avanços fiscais importantes, combinando um mix de reformas institucionais de fundo legal, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, com a criação do hábito de repetir superávits primários na vizinhança de 4% do PIB, houve nos últimos anos certa perda de dinamismo reformista, e novos avanços são necessários. Um deles é a eliminação do déficit público. Pela primeira vez desde que as estatísticas fiscais referentes ao déficit público no conceito atual começaram a ser apuradas, na primeira metade dos anos 1980, o Brasil tem a possibilidade concreta de estabelecer e atingir o alvo de “zerar” o déficit nominal do setor público. Até 1994, isso estava fora de questão, pelas dimensões gigantescas que a conta de juros nominais assumia no contexto de uma inflação altíssima. E durante todo o período 1995-2004 os juros reais elevados e a magnitude da dívida pública conspiraram contra esse objetivo.

Atualmente, com superávit primário na faixa de 4% a 5% do PIB, é viável a aspiração de “congelar” esse resultado primário à espera de que, ao longo da próxima gestão de governo (2007-2010), a combinação de juros reais em queda com redução da relação dívida pública/PIB, gere uma despesa de juros que, em trajetória declinante, se iguale à diferença entre a receita e a despesa não financeira. Isso levaria, portanto, a um resultado fiscal nulo, o que poderia favorecer a obtenção do tão almejado *investment grade*. Mais de 20 anos depois de iniciado, um longo processo de ajuste das contas públicas

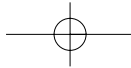
que, a rigor, começou em meados dos anos 1980, o Brasil estaria, nesse caso, completando, a tarefa.

Os últimos dois períodos de governo registram dois marcos que definiram pontos de inflexão importantes. Um deles ocorreu em 1999, quando foi feito um ajustamento primário expressivo. O outro se deu nos anos 2003-2004, quando, pela primeira vez desde 1994, a relação dívida pública/PIB experimentou uma queda, refletindo o ajuste iniciado anteriormente. Esse ajuste tinha sido em parte ofuscado pelos efeitos patrimoniais de 1999-2002, ligados ao reconhecimento de dívidas antigas (“esqueletos”), e pelos efeitos da desvalorização cambial sobre a dívida indexada ao dólar.

Hoje, como em 2002, são quatro os desafios que o setor público tem pela frente. Primeiro, *melhorar a qualidade do gasto*; depois, *evitar a continuidade da pressão das despesas previdenciárias*; em terceiro lugar, procurar viabilizar um processo que permita *diminuir a carga tributária*; e, por fim, *aumentar o investimento público*. Resta esperar que, antes de as circunstâncias se tornarem adversas algum dia no futuro, o Brasil dê prosseguimento ao ciclo de reformas. E a previdenciária deveria ser a primeira da fila.

Fábio Giambiagi é técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

*Artigo extraído do Texto para Discussão nº 1.169, “A política fiscal do governo Lula em perspectiva histórica: qual é o limite para o aumento do gasto público?”, publicado em março de 2006 pelo Ipea.



Rigidez orçamentária e regras de flexibilização fiscal

Maurício Mota Saboya Pinheiro

A importância da discussão da rigidez orçamentária no Brasil evidencia-se no contexto da história recente da economia brasileira, já que uma das condições para o crescimento sustentado do país é o ajuste fiscal estrutural do setor público. O processo apresenta problemas, principalmente em relação à despesa. O crescimento contínuo dos dispêndios obrigatórios – fruto, em parte, de uma opção política que prioriza os gastos sociais – reflete a elevação do grau de enrijecimento da estrutura orçamentária, em que uma parcela crescente de despesas obrigatórias é coberta por uma parcela crescente de receitas vinculadas.

As despesas discricionárias, que constituem a margem de manobra da política fiscal pelo lado do dispêndio, são cada vez mais comprimidas pelos gastos obrigatórios e pelo superávit primário. Isso significa que é muito reduzida a capacidade do governo de aumentar seu superávit primário além dos níveis atuais, porque as despesas discricionárias já se encontram num nível baixo e, na prática, não podem ser totalmente eliminadas – sob pena de paralisação da máquina pública. Além disso, as receitas públicas têm crescido bastante (a carga tributária em 2005 atingiu cerca de 37,8% do PIB) e não é razoável supor que possam seguir essa rota indefinidamente.

Os dados mostram, ainda, que o período de efetivo ajuste fiscal (a partir de 1999) apresentou gasto anual médio de 21,55%

do PIB, superior aos 19,11% registrados entre 1995 e 1998, quando a política fiscal aplicada foi relativamente frouxa. O aumento do superávit e dos gastos primários são mais um indício de que o ajuste fiscal brasileiro tem se concentrado no crescimento das receitas. Ora, esse não é um bom sinal, pois grande parte dessas receitas corresponde a contribuições cumulativas – isto é, incidentes “em cascata”, em cada fase do processo produtivo –, que distorcem as decisões dos agentes e prejudicam a produtividade e a competitividade da economia como um todo.

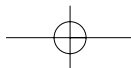
Salta aos olhos a importância dos benefícios previdenciários do INSS para explicar a dinâmica do gasto não financeiro da União. Os dados levam a crer que qualquer tentativa de conter o crescimento dos gastos requererá algum mecanismo de controle dos dispêndios feitos com benefícios previdenciários. Em simulação da evolução das despesas rígidas do Orçamento da União, no período 2006-2008 – com base na trajetória esperada de superávit primário da União (2,5% do PIB), deduzindo-se a série da despesa não financeira total e dada a hipótese de que a receita não financeira permaneça constante em relação ao PIB –, vê-se que existe uma tendência de queda relativa nos investimentos públicos. Isso ocorre porque os gastos considerados rígidos crescem numa velocidade superior aos gastos não rígidos, em geral, e aos investimentos, em particular. A queda dos investimentos não

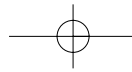
é novidade, mas a simulação mostra que, dada a estrutura orçamentária rígida, essa queda será tanto mais acentuada quanto mais perto do limite superior estiverem as receitas do governo.

O grande desafio é a elaboração de regras específicas de flexibilização fiscal que contemplem simultaneamente os objetivos das políticas sociais e as metas de estabilização, promovendo cortes ou reduções sistemáticas daqueles segmentos de gastos considerados ineficientes. Os mecanismos de flexibilização orçamentária “abririam espaço” para o aumento do superávit primário, caso necessário, ou para o incremento gradual dos investimentos públicos.

Nas atuais circunstâncias, ambos os princípios – responsabilidade fiscal e proteção social universal – estão em conflito. Portanto, é preciso que a sociedade discuta profundamente o perfil de Estado que deseja. Isso requer que sejam colocados claramente os dilemas envolvidos na busca pela consolidação da estabilidade macroeconômica, pelo crescimento sustentado e pela redução da pobreza e da desigualdade social. A discussão em torno das regras de flexibilização fiscal apenas explicita parte desses dilemas.

Maurício Mota Saboya Pinheiro é economista, filósofo e técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)





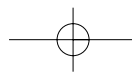
INFRA-ESTRUTURA

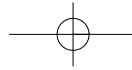
O mapa dos portos

Por **Manoel Schlindwein**, de Brasília

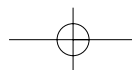
Edison Leite/MT

Estudo do Ipea apresenta o ranking dos 24 terminais portuários exportadores do país. O campeão,





Santos, responde por mais de 30% de todos os embarques de mercadoria para o exterior



Para compor o ranking foram consideradas sete variáveis, entre elas valor agregado das

O comércio internacional marítimo brasileiro ganhou uma radiografia detalhada. Uma investigação feita por Carlos Álvares da Silva Campos Neto, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), resultou no perfil dos 24 portos que operam com exportação e importação de cargas no Brasil. Eles são classificados em diferentes categorias, entre elas área geográfica de influência, participação do valor do comércio externo

no Produto Interno Bruto (PIB), principais produtos transacionados, setores de atividade, porte, peso movimentando e valor agregado médio.

No balanço final, o porto de Santos atingiu 156,5 pontos, ao passo que Paranaguá (PR), segundo colocado, obteve 75,6. Santos é o único porto de influência nacional, e atende plenamente a 13 estados. Em 2003, 37% do comércio exterior brasileiro realizado por via marítima passou por ali, o

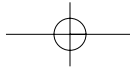
que corresponde a 6,32% do PIB. Além de Santos, apenas quatro portos apresentaram valores de comércio internacional superiores a 1% do PIB: Vitória (1,86%), Paranaguá (1,67%), Rio Grande (1,42%) e Rio de Janeiro (1,08%). E, para completar, Santos é o único dos portos estudados a registrar movimento acima de 100 milhões de dólares em todos os 14 setores de atividade industrial pesquisados.

“Ao observar os dados, constatamos que

Ranking dos portos brasileiros (2003)

Class.	Porto	UF	Estados sob área de influência	Estados que usam os serviços	Participação no PIB (%)	Setores de atividade	Valor movimentado (US\$ bilhões)	Valor agregado (US\$/tonelada)	Pontuação
1º	Santos	SP	13	27	6,32	14	29,4	6,9	156,5
2º	Paranaguá	PR	10	23	1,67	12	7,6	3,3	75,6
3º	Vitória	ES	5	19	1,86	11	8,2	0,8	65,6
4º	Rio de Janeiro	RJ	4	23	1,08	9	5,2	7,8	62,8
5º	Rio Grande	RS	2	21	1,42	11	6,2	5,1	62,5
6º	Itajaí	SC	5	19	0,66	8	2,9	10,6	54,1
7º	Salvador	BA	2	22	0,50	8	2,3	8,3	49,6
8º	S. Fco. do Sul	SC	2	19	0,54	7	2,5	4,4	42,3
9º	Fortaleza	CE	4	21	0,22	4	1,1	7,3	41,6
10º	Manaus	AM	2	13	0,47	6	2,3	11,2	41,2
11º	Sepetiba	RJ	2	20	0,41	4	1,8	0,4	34,3
12º	Pecém	CE	4	15	0,07	1	0,4	10,0	32,1
13º	Belém	PA	2	21	0,11	1	0,6	4,3	32,0
14º	Suape	PE	2	16	0,10	1	0,6	7,4	30,0
15º	São Luís	MA	3	11	0,44	4	2,1	0,4	26,9
16º	Recife	PE	2	16	0,08	2	0,4	2,7	24,9
17º	Aratu	BA	1	8	0,36	2	1,6	2,6	20,8
18º	Antonina	SC	1	12	0,06	1	0,2	4,3	20,1
19º	Imbituba	SC	0	13	0	0	0,2	1,7	15,9
20º	Niterói	RJ	0	6	0	1	0,2	6,7	14,9
21º	Natal	RN	1	8	0,04	0	0,1	3,7	14,2
22º	Maceió	AL	1	8	0,07	1	0,3	1,6	13,6
23º	João Pessoa	PB	1	7	0,01	0	0,1	1,2	10,4
24º	Aracaju	SE	1	4	0,01	0	0	1,0	7,1

Fonte: Ipea



mercadorias, participação no PIB, área de influência e número de estados usuários do porto

Santos é duas vezes maior do que o segundo colocado, o que lhe garante o posto de líder inquestionável no setor”, diz Carlos Campos. Outras conclusões dignas de atenção: com mais de 8 mil quilômetros de litoral e uma necessidade indiscutível de aumentar suas vendas para o exterior, o Brasil tem apenas cinco terminais de grande porte; e embora o Centro-Oeste, o Norte e o Nordeste do país produzam bens que são exportados, dos dez primeiros classifi-

cados no ranking somente Salvador (sétimo colocado) e Fortaleza (nono colocado) estão fora das regiões Sul e Sudeste. São questões a serem resolvidas.

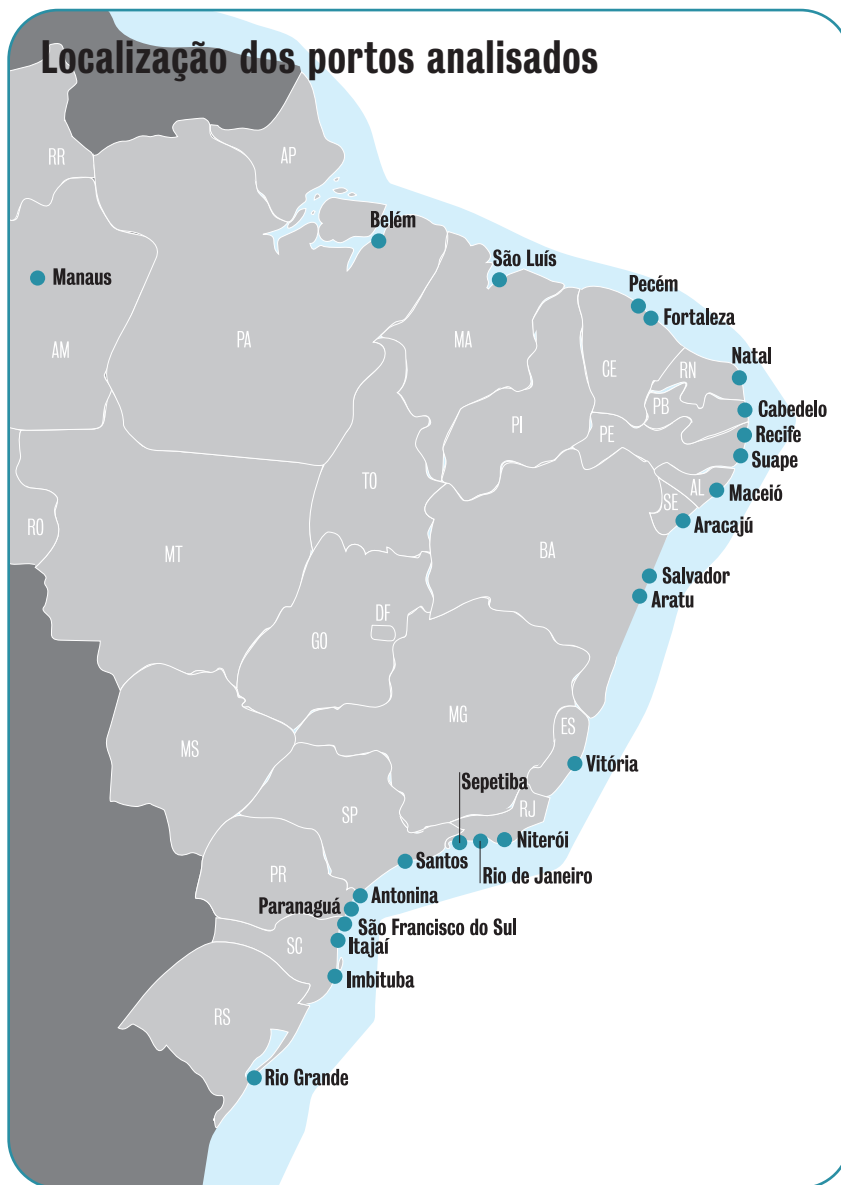
O trabalho está disponível na Internet e pode ser baixado, na íntegra, do site do Ipea, na rubrica Textos para Discussão sob o número 1.164. Seu título: “Portos brasileiros: área de influência, ranking, porte e os principais produtos movimentados”. Interessante e rico em detalhes, é um importante

instrumento para a definição de políticas públicas para o setor.

O governo federal tem tomado diversas medidas a fim de modernizar a estrutura portuária no país, considerando que inúmeras pesquisas apontam ser esta um dos gargalos que estrangulam o crescimento do comércio exterior brasileiro. Em fevereiro deste ano, o Ministério dos Transportes (MT) contratou o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) para desenvolver um sistema que integre os portos nacionais, uniformize suas informações e, assim, funcione como uma ferramenta de gestão do setor logístico. Por simplificar e agilizar o intercâmbio de informações, deverá agregar qualidade às operações e resultar no incremento das exportações. A construção da estrada da margem direita do acesso ao porto de Santos, cuja licitação está na dependência de decisões na esfera judicial, também compõe os projetos do ministério nessa área. “O porto é fundamental na relação do país com o mundo”, argumenta o diretor do Departamento de Programas de Transportes do MT, Paulo de Tarso.

Como efeito colateral das preocupações com o setor portuário e das medidas adotadas pelo governo, o Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante aprovou projetos de financiamento de construção naval no valor de 1 bilhão de dólares em 2005. Tem havido crescimento constante e acelerado nessa área. Em 2000, foram liberados 186 milhões de reais; em 2001, 150 milhões de reais; e, em 2002, 298 milhões de reais. Em 2003, a soma dobrou para 614 milhões de reais e em 2004 ficou próxima a 716 milhões de reais.

Veja, nas páginas a seguir, a relação dos 24 portos estudados pelo Ipea.

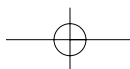


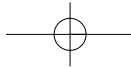
Fonte: Ministério dos Transportes

Saiba mais:



Íntegra do Texto para Discussão “Portos brasileiros: área de influência, ranking, porte e os principais produtos movimentados”
www.ipea.gov.br/pub/td/2006/td_1164.pdf





Porto de Santos

1ª posição no ranking

Localização: Santos/SP

Porte: Nacional

Área de influência: SP, GO, MT, MS, MG, RJ, PR, ES, BA, RS, TO, RO e DF

Participação no comércio exterior de SP: 84,5%

Movimentação (2003): US\$ 29.400 milhões

Quantos estados usam esse porto: 27

Valor agregado dos produtos exportados: Médio

Principais setores: Indústria mecânica, Indústria química, Alimentos e bebidas, Material de transporte, Agroindústria e madeira

Destaques (2003): É o principal porto brasileiro em todos os aspectos, e o único que escoou produtos de todos os 24 estados brasileiros

Foto: Diminuição



Porto de Paranaguá

2ª posição no ranking

Localização: Paranaguá/PR

Porte: Grande

Área de influência: PR, MT, SC, SP, RJ, RS, RN, AC, TO e GO

Participação no comércio exterior do PR: 27,1%

Movimentação (2003): US\$ 7.600 milhões

Quantos estados usam esse porto: 4

Valor agregado dos produtos exportados: Baixo

Principais setores: Agroindústria e madeira, Alimentos e bebidas

Destaques (2003): O valor das mercadorias exportadas tem maior significância do que o das importadas. Os 20 principais produtos exportados apresentaram valor superior a US\$ 30 milhões



Porto de Vitória

3ª posição no ranking

Localização: Vitória/ES

Porte: Grande

Área de influência: ES, MG, GO, BA e SP

Participação no comércio exterior do ES: 53,9%

Movimentação (2003): US\$ 8.200 milhões

Quantos estados usam esse porto: 19

Valor agregado dos produtos exportados: Baixo

Principais setores: Metalurgia, Produtos minerais, Celulose e papel, Agroindústria e madeira

Destaques (2003): A principal especialização do porto é a comercialização de ferro e minério de ferro



Porto de Salvador

7ª posição no ranking

Localização: Salvador/BA

Porte: Médio

Área de influência: BA e SE

Participação no comércio exterior da BA: 46,4%

Movimentação (2003): US\$ 2.300 milhões

Quantos estados usam esse porto: 22

Valor agregado dos produtos exportados: Alto

Principais setores: Material de transporte, Indústria química, Metalurgia, Produtos minerais, Agroindústria e madeira

Destaques (2003): Os principais produtos exportados foram automóveis, totalizando quase 400 milhões de dólares. Em segundo lugar vem o petróleo bruto, com 170 milhões de dólares



Porto de São Francisco do Sul

8ª posição no ranking

Localização: São Francisco do Sul/SC

Porte: Médio

Área de influência: SC e PR

Participação no comércio exterior de SC: 36,0%

Movimentação (2003): US\$ 2.500 milhões

Quantos estados usam esse porto: 19

Valor agregado dos produtos exportados: Médio

Principais setores: Agroindústria e madeira, Indústria mecânica, Produtos minerais

Destaques (2003): O complexo soja totalizou exportações no valor de mais de 430 milhões de dólares



Porto de Fortaleza

9ª posição no ranking

Localização: Fortaleza/CE

Porte: Médio

Área de influência: CE, PI, RN e PB

Participação no comércio exterior do CE: 67,8%

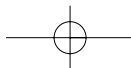
Movimentação (2003): US\$ 1.600 milhões

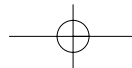
Quantos estados usam esse porto: 21

Valor agregado dos produtos exportados: Médio

Principais setores: Agroindústria e madeira, Indústria têxtil, Calçados e couro, Eletroeletrônica

Destaques (2003): Os principais produtos exportados foram crustáceos, coco e castanha-do-pará





Porto do Rio de Janeiro

4ª posição no ranking

Localização: Rio de Janeiro/RJ

Porte: Grande

Área de influência: RJ, MG, SP e ES

Participação no comércio exterior do RJ: 37,6%

Movimentação (2003): US\$ 5.200 milhões

Quantos estados usam esse porto: 23

Valor agregado dos produtos exportados: Médio

Principais setores: Metalurgia, Material de transporte, Indústria química, Indústria mecânica, Produtos minerais

Destaques (2003): A pauta é bastante diversificada e concentrada em produtos da indústria de transformação, o que significa maior valor agregado por unidade de produto exportado



Porto de Rio Grande

5ª posição no ranking

Localização: Rio Grande/RS

Porte: Grande

Área de influência: RS e SP

Participação no comércio exterior do RS: 57,9%

Movimentação (2003): US\$ 6.200 milhões

Quantos estados usam esse porto: 21

Valor agregado dos produtos exportados: Médio

Principais setores: Agroindústria e madeira, Calçados e couro, Indústria química, Indústria mecânica, Alimentos e bebidas

Destaques (2003): Quarenta e quatro produtos apresentaram valores de exportação superiores a US\$ 10 milhões e, dos 20 produtos mais importados, todos superaram os US\$ 40 milhões



Porto de Itajaí

6ª posição no ranking

Localização: Itajaí/SC

Porte: Médio

Área de influência: SC, PR, RS, SP e AC

Participação no comércio exterior de SC: 44,2%

Movimentação (2003): US\$ 2.900 milhões

Quantos estados usam esse porto: 19

Valor agregado dos produtos exportados: Alto

Principais setores: Agroindústria e madeira, Indústria mecânica

Destaques (2003): É o segundo porto com maior valor agregado de produtos movimentados, registrando cerca de 1.000 dólares por tonelada



Porto de Manaus

10ª posição no ranking

Localização: Manaus/AM

Porte: Médio

Área de influência: AM e MT

Participação no comércio exterior do AM: 42,8%

Movimentação (2003): US\$ 2.300 milhões

Quantos estados usam esse porto: 13

Valor agregado dos produtos exportados: Alto

Principais setores: Eletroeletrônica, Indústria mecânica

Destaques (2003): É o porto com maior valor agregado de produtos movimentados, registrando 1,1 mil dólares por tonelada



Porto de Sepetiba

11ª posição no ranking

Localização: Sepetiba/RJ

Porte: Médio

Área de influência: RJ e MG

Participação no comércio exterior do RJ: 24,9%

Movimentação (2003): US\$ 1.800 milhões

Quantos estados usam esse porto: 20

Valor agregado dos produtos exportados: Baixo

Principais setores: Produtos minerais, Metalurgia Eletroeletrônica, Indústria mecânica

Destaques (2003): Apenas oito produtos de exportação tiveram movimentação acima de 10 milhões de dólares. O principal deles é o minério de ferro



Porto de Pecém

12ª posição no ranking

Localização: Pecém/CE

Porte: Pequeno

Área de influência: CE, PI, RN e PB

Participação no comércio exterior do CE: 19,9%

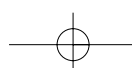
Movimentação (2003): US\$ 400 milhões

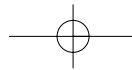
Quantos estados usam esse porto: 15

Valor agregado dos produtos exportados: Alto

Principais setores: Agroindústria e madeira, Calçados e couro, Indústria têxtil

Destaques (2003): Porto local, mais voltado para exportações, sendo que as frutas ocupam a primeira posição no ranking de produtos vendidos ao exterior





Porto de Belém

13ª posição no ranking

Localização: Belém/PA

Porte: Médio

Área de influência: PA e AP

Participação no comércio exterior do PA: 27,1%

Movimentação (2003): US\$ 598,7 milhões

Quantos estados usam esse porto: 21

Valor agregado dos produtos exportados: Médio

Principais setores: Agroindústria e madeira

Destaques (2003): É um porto concentrado basicamente em exportação. Os produtos da agroindústria e de madeira responderam por 77% do volume de comércio exterior realizado pelo porto

Fotos: Climatopção



Porto de Suape

14ª posição no ranking

Localização: Suape/PE

Porte: Médio

Área de influência: PE e PB

Participação no comércio exterior de PE: 33,8%

Movimentação (2003): US\$ 600 milhões

Quantos estados usam esse porto: 16

Valor agregado dos produtos exportados: Médio

Principais setores: Produtos minerais, Agroindústria e madeira, Eletroeletrônica, Indústria têxtil

Destaques (2003): Apenas três produtos, todos de características locais, apresentaram valores de exportação superiores a 15 milhões de dólares: crustáceos, roupa de cama e gás de petróleo



Porto de São Luís

15ª posição no ranking

Localização: São Luís/MA

Porte: Médio

Área de influência: MA, PA e TO

Participação no comércio exterior do MA: 2,9%

Movimentação (2003): US\$ 2.100 milhões

Quantos estados usam esse porto: 11

Valor agregado dos produtos exportados: Baixo

Principais setores: Produtos minerais, Metalurgia

Destaques (2003): É o porto com menor valor agregado das mercadorias exportadas, tendo registrado 0,4 dólar/tonelada



Porto de Imbituba

19ª posição no ranking

Localização: Imbituba/SC

Porte: Pequeno

Área de influência: Não alcança todo o estado de SC

Participação no comércio exterior de SC: 2,9%

Movimentação (2003): US\$ 200 milhões

Quantos estados usam esse porto: 13

Valor agregado dos produtos exportados: Baixo

Principais setores: Agroindústria e madeira, Indústria química

Destaques (2003): Porto de pouca relevância para o comércio exterior brasileiro



Porto de Niterói

20ª posição no ranking

Localização: Niterói/RJ

Porte: Pequeno

Área de influência: Não tem

Participação no comércio exterior do RJ: 2,9%

Movimentação (2003): US\$ 200 milhões

Quantos estados usam esse porto: 6

Valor agregado dos produtos exportados: Médio

Principais setores: Plásticos e borracha, Agroindústria e madeira

Destaques (2003): Não há produtos de exportação relevantes. Quanto às importações, três produtos podem ser mencionados: tubos de borracha, trigo, torneiras e válvulas



Porto de Natal

21ª posição no ranking

Localização: Natal/RN

Porte: Pequeno

Área de influência: RN

Participação no comércio exterior do RN: 46,4%

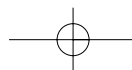
Movimentação (2003): US\$ 185 milhões

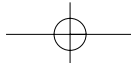
Quantos estados usam esse porto: 8

Valor agregado dos produtos exportados: Baixo

Principais setores: Agroindústria e madeira, Eletroeletrônica, Produtos minerais

Destaques (2003): Na relação dos produtos mais exportados, os óleos brutos de petróleo vêm em primeiro lugar, seguidos do açúcar





Porto de Recife

16ª posição no ranking

Localização: Recife/PE

Porte: Pequeno

Área de influência: PE e SE

Participação no comércio exterior de PE: 32,6%

Movimentação (2003): US\$ 400 milhões

Quantos estados usam esse porto: 16

Valor agregado dos produtos exportados: Baixo

Principais setores: Agroindústria e madeira, Alimentos e bebidas

Destaques (2003): Porto mais voltado para importação do que para exportação. Cereais e maltes foram os produtos mais desembarcados do exterior. Um único produto responde por quase 80% das exportações: o açúcar



Porto de Aratu

17ª posição no ranking

Localização: Aratu/BA

Porte: Médio

Área de influência: BA

Participação no comércio exterior da BA: 33,8%

Movimentação (2003): US\$ 1.800 milhões

Quantos estados usam esse porto: 8

Valor agregado dos produtos exportados: Baixo

Principais setores: Produtos minerais, Indústria química

Destaques (2003): Exportação de US\$ 443 milhões em óleos de petróleo. Em geral, o porto atua com mercadorias ligadas ao Polo Petroquímico de Camaçari



Porto de Antonina

18ª posição no ranking

Localização: Antonina/PR

Porte: Pequeno

Área de influência: PR

Participação no comércio exterior do PR: 2,9%

Movimentação (2003): US\$ 320 milhões

Quantos estados usam esse porto: 12

Valor agregado dos produtos exportados: Médio

Principais setores: Agroindústria e madeira, Metalurgia, Indústria química

Destaques (2003): É um porto especializado na importação de adubos e fertilizantes, que representaram 95% do valor de todas as importações



Porto de Maceió

22ª posição no ranking

Localização: Maceió/AL

Porte: Pequeno

Área de influência: AL

Participação no comércio exterior de AL: 92,8%

Movimentação (2003): US\$ 307,6 milhões

Quantos estados usam esse porto: 8

Valor agregado dos produtos exportados: Baixo

Principais setores: Açúcar

Destaques (2003): O porto é responsável por praticamente todas as vendas ao exterior do estado e um único produto, o açúcar, representa 74% de todo o valor exportado



Porto de Cabedelo

23ª posição no ranking

Localização: João Pessoa/PB

Porte: Pequeno

Área de influência: PB

Participação no comércio exterior da PB: 13%

Movimentação (2003): US\$ 100 milhões

Quantos estados usam esse porto: 7

Valor agregado dos produtos exportados: Baixo

Principais setores: Alimentos e bebidas, Produtos minerais

Destaques (2003): O principal produto exportado foi o álcool etílico, que movimentou US\$ 27,8 milhões



Porto de Aracaju

24ª posição no ranking

Localização: Aracaju/SE

Porte: Pequeno

Área de influência: SE

Participação no comércio exterior de SE: 27,1%

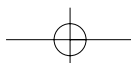
Movimentação (2003): US\$ 34 milhões

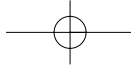
Quantos estados usam esse porto: 4

Valor agregado dos produtos exportados: Baixo

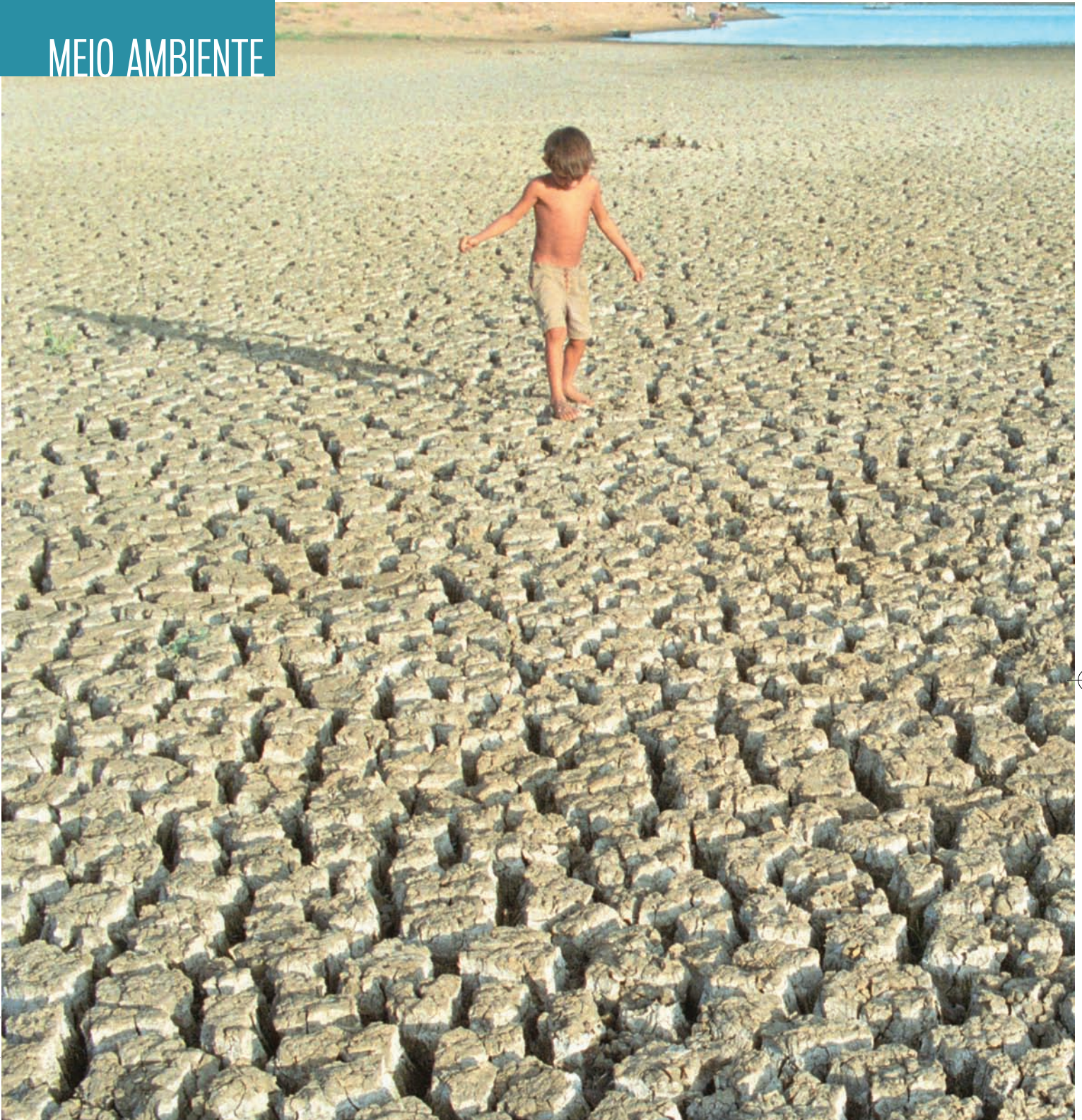
Principais setores: Agroindústria e madeira, Alimentos e bebidas

Destaques (2003) Exportação de US\$ 9,1 milhões em sucos de frutas, Importação de US\$ 15,1 milhões em trigo





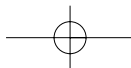
MEIO AMBIENTE

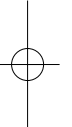
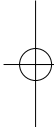
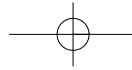


Antonio Gaúdero/folia Imagem

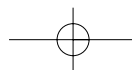
Por Marina Nery, de Brasília

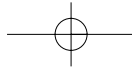
Vidas secas





A natureza parece estar se vingando da ação do homem. Desde que a temperatura passou a ser registrada, no século XIX, 2005 foi o segundo ano mais quente. A ONU definiu 2006 como o Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação. No Brasil, o avanço da aridez dobrou nas duas últimas décadas. O processo é irreversível, mas pode e deve ser contido





Em termos globais, as perdas econômicas resultantes da desertificação chegam a

As escolas ensinam às crianças, desde a mais tenra idade, que a vida depende da água. Foi assim que tudo começou, na Terra, milhões de anos atrás, e assim prossegue. Sem água, as plantas e os animais não sobrevivem. A vida desaparece. O que todos sabem, e constataam no dia-a-dia, no entanto, não se reflete em seus atos. A humanidade está consumindo mais do que a Terra pode suportar. A um ponto que o ritmo de desertificação tem se tornado assombroso – provocando fome e pobreza, problemas que, paradoxalmente, estamos empenhados em combater.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) faz o alerta: a área afetada pela seca aumentou mais de 50% durante o século XX em todo o globo. Atualmente, soma cerca de 5,1 bilhões de hectares. Aproximadamente 2,3 bilhões de pessoas, ou seja, mais de um terço da população mundial, vivem nessas áreas. Desse total, cerca de 1 bilhão estão na zona rural e são pobres, muito pobres. E há

mais 1 bilhão de hectares sujeitos à desertificação ou à degradação pelo uso indiscriminado da terra. O risco à sobrevivência das populações resulta em êxodo para os grandes centros urbanos – o que cria novas dificuldades.

O problema, que como se vê é grave, só entrou para a agenda internacional depois que uma grande seca assolou o Sahel, na África, entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970. Na época, morreram 200 mil pessoas e milhões de animais. O Sahel é considerado o coração cultural da África. Fica entre o deserto do Saara e as terras mais férteis ao sul, e inclui países como Senegal, Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger, Chade, Sudão, Etiópia, Eritreia, Djibuti e Somália – todos muito populosos e ricos em petróleo e outros minerais. Então, em 1977, na Conferência das Nações Unidas sobre Desertificação, realizada em Nairóbi, foi elaborada a definição de aridez, em função do volume de precipitação e evaporação. Também se estabeleceu que o conceito de de-

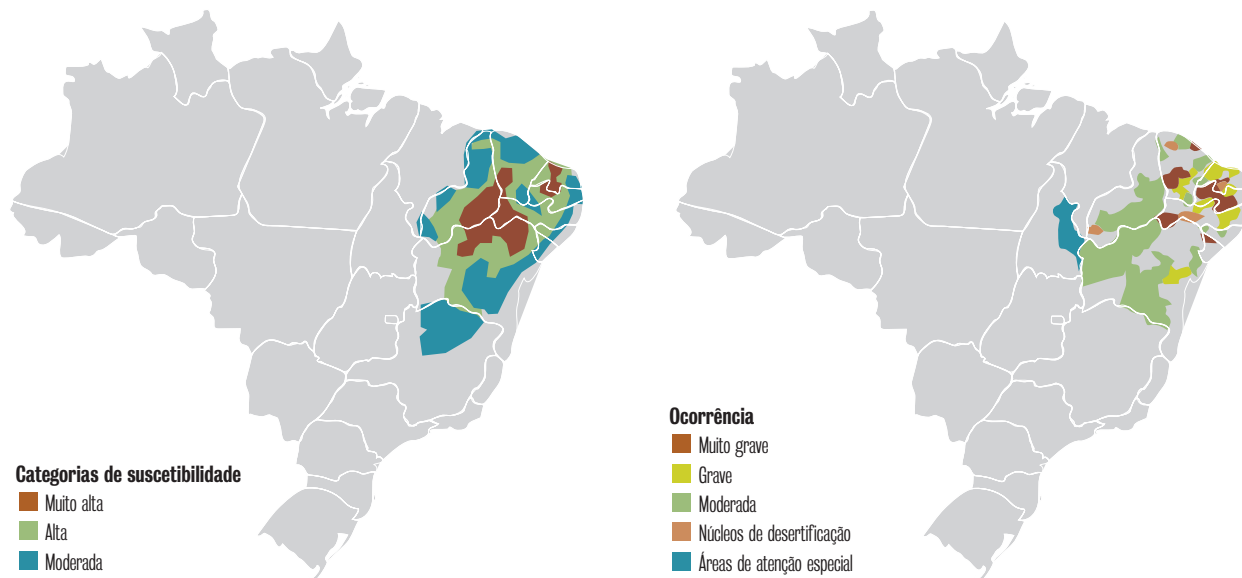
sertificação seria restrito à degradação da terra em zonas áridas, semi-áridas e sub-úmidas secas, excluindo, por exemplo, os desertos gelados. A degradação resulta tanto de fatores naturais quanto da atividade humana. Uma determinada área é considerada em processo de desertificação sempre que o seu índice de aridez aumenta ao longo do tempo. Esse índice é calculado pela razão entre o nível de chuva e o de evaporação, ou seja, quanto menor for a capacidade da terra de reter a água, maior será a aridez.

Providências A partir de então começaram a ser tomadas providências. Lentamente, como tudo que envolve interesses diversos e muitas vezes contraditórios. Quinze anos depois, na Eco-92, como ficou conhecida a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad), realizada no Rio de Janeiro, dirigentes solicitaram a preparação da Convenção de Combate à Desertificação. Ela levou quatro anos para ser

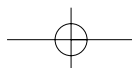
O avanço da aridez no Brasil

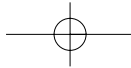
Mapa 1 • Zonas em estado de atenção

Mapa 2 • Zonas atingidas



Fontes: MMA





4 bilhões de dólares anuais. O custo de recuperação é de 10 bilhões de dólares ao ano

Marcos Santana/Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos



O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente alerta: no século XX, a área global afetada pela seca aumentou mais de 50%

organizada, mas finalmente aconteceu, em dezembro de 1996. Promulgou a adoção de medidas específicas e estabeleceu 17 de junho como o Dia Mundial de Luta nessa área.

Agricultura A preocupação da Organização das Nações Unidas (ONU) é evitar, entre outras coisas, a perda do solo arável. Só na América Latina e no Caribe, todos os anos 24 bilhões de toneladas de terra deixam de ser aptas para produção. Os prejuízos com as quebras de safra, nos quais o Brasil se insere, ultrapassam 975 milhões de dólares ao ano. Mas a soma geral é bem maior. “As perdas econômicas anuais chegam a 4 bilhões de dólares, com um custo de recuperação de 10 bilhões de dólares ao ano, em todo o mundo”, diz Gertjan B. Beekman, coordenador do Programa de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca na América do

Sul, do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

A questão envolve a sobrevivência de gente comum e interesses econômicos de grandes conglomerados internacionais, como os ligados à exploração mineral. Também abrange uma vasta gama de questões ambientais. A desertificação é provocada por vários fenômenos, entre eles a ausência de chuvas, a alternância entre enchentes e estiagens, a monocultura e a expansão das fronteiras agrícolas. Sua face mais cruel é o empobrecimento das pessoas. “A desertificação é um problema socioeconômico-ambiental. Para lutar contra ela é preciso, ao mesmo tempo, combater a pobreza”, afirma José Roberto Lima, coordenador técnico de combate à desertificação da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Segundo ele, são necessárias ações, estratégias e políticas que melhorem o

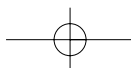
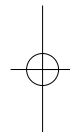
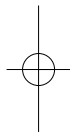
Os alvos da aridez no Brasil

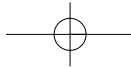
- 1.482 municípios vulneráveis
- 1,3 milhões de km², ou 15% do território
- 32 milhões de habitantes, ou 18,6% da população

Fonte: MMA

manejo da terra. Devem ser considerados os aspectos ambientais, sociais e econômicos dos ecossistemas e da vida das pessoas. E é preciso que se valorizem o conhecimento da população e suas experiências bem-sucedidas.

Brasil No Brasil, o quadro geral é o seguinte. A aridez cresce à taxa de 3% ao ano. Há 2,7 mil municípios em regiões de climas propensos à desertificação e, desses, 1,5





No Brasil, a seca vem sendo tratada de forma multidisciplinar. Seu combate envolve

mil são mais vulneráveis. Eles se encontram no polígono formado pelos estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas. Os dados compõem um estudo inédito elaborado pelo MMA. Ele inclui o “índice de vulnerabilidade a secas e enchentes” (IVSE), indicador construído com base em variáveis de impacto socioeconômico. “O índice é uma ferramenta para identificar, monitorar e avaliar os impactos econômicos e sociais de secas e enchentes. Justifica maior ligação entre as políticas de redução da pobreza e os programas de desenvolvimento para as áreas afetadas”, diz Ruth Quadros, técnica especializada da Secretaria de Recursos Hídricos do MMA, componente da equipe responsável pela elaboração do IVSE, formada também por José Roberto Lima, Jonair Bessa e Márcio Magalhães.

Outras pesquisas de estudiosos da Universidade de Brasília (UnB), em 2003, mostraram o risco de desertificação no

país: é muito elevado em 120 mil quilômetros quadrados, moderado em 430 mil e baixo ou muito baixo noutros 400 mil. Em resumo, o país pode ter 15% de seu território transformado num Saara ou num Atacama. As áreas mais críticas foram identificadas pelo MMA e denominadas Núcleos Desertificados. Estão nos municípios de Gilbués, no Piauí, Irauçuba, no Ceará, Seridó, no Rio Grande do Norte, e Cabrobó, em Pernambuco (leia quadro abaixo).

Do ponto de vista da administração estatal, a desertificação é uma questão que afeta diversos ministérios – o do Meio Ambiente, o da Educação, o da Integração e o da Agricultura, entre outros. A definição de diretrizes e ações nessa área está a cargo do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN), uma articulação de poderes públicos e da sociedade civil sob a coordenação da Se-

cretaria de Recursos Hídricos do MMA. O programa resulta de um ano de debates e foi elaborado de acordo com a Convenção da ONU para o Combate à Desertificação e com o Plano Plurianual 2004-2007, entre outros parâmetros relevantes. “Nele, a seca não é vista apenas como um problema de falta de água, mas de desenvolvimento sustentável”, diz o deputado federal Edson Duarte (PV-BA).

Bons frutos Alguns resultados desses movimentos político-administrativos já podem ser percebidos no mundo real. A Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA) é um fórum de cerca de 750 entidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, criado em julho de 1999. Uma de suas frentes de trabalho tem sido especialmente bem-sucedida. É o Programa Um Milhão de Cisternas, que tem plantado depósitos de água da chuva em casas e comunidades. “Constatamos que nos últimos três

Os pontos mais críticos do Brasil

Gilbués (PI)

Situação: grave quadro de erosão em sulcos.

Causas: pecuária, desmatamento e, residualmente, mineração.

Ações: treinamento de técnicos da Emater local e de um tratorista da associação dos produtores em práticas de conservação de solo adequadas às condições locais. Formação de um Conselho Municipal de Meio Ambiente. Outras ações de caráter educativo.

Irauçuba (CE)

Situação: processos de erosão predominantemente laminar. Rareamento e empobrecimento da vegetação.

Causas: sobrepastoreio e retirada de lenha.

Ações: trabalhos junto ao Conselho de Desenvolvimento Sustentável (criado com o apoio do governo estadual), a fim de estimular a comu-

nidade a atuar nas questões ambientais. Reativação de projeto do Centro Nacional de Pesquisa de Caprinos (CNPQ/Embrapa), localizado no distrito de Juá, com o objetivo inicial de avaliar espécies nativas e exóticas para a recuperação da caatinga.

Seridó (RN)

Situação: empobrecimento da vegetação e exaustão dos recursos naturais.

Causas: sobre-exploração da caatinga pela agricultura, pecuária e retirada de lenha.

Ações: criação de áreas experimentais de manejo da caatinga e agricultura de várzea, além de um amplo programa de educação ambiental, a ser patrocinado pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), que já está sendo articulado entre as lideranças locais das áreas de educação e meio ambiente.

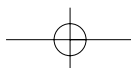
Cabrobó (PE)

Situação: salinização das áreas irrigadas. Grave processo erosivo observado em Petrolândia, em áreas de reassentamento da barragem de Itaparica que ainda não foram ocupadas.

Causas: desmatamento ocorrido há oito anos. Mais de 600 hectares já estão inutilizados nas margens do riacho Barreiras.

Ações: criação de comissão, formada por lideranças da cidade, da Emater, associações comunitárias e representante do Pólo Sindical de Petrolândia para organizar ampla discussão sobre o tema com a sociedade local. Estímulo a iniciativas que visem à melhoria das condições de vida no semi-árido, como um sistema para abertura de poços apoiado pelo Pólo Sindical, conhecido como bate-estaca, cuja tecnologia é simples, barata e se baseia no uso da tração animal.

Fonte: Programa Nacional de Combate à Desertificação/Ministério do Meio Ambiente



educação, saúde, meio ambiente, produção agropecuária e urbanização, entre outras áreas

Marcos Santana/Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos



Erosão: o desmatamento para a expansão das fronteiras agropecuárias é uma das importantes causas do crescimento da desertificação

anos surgiram iniciativas novas, especialmente programas sociais, e com elas as populações estão em melhores condições”, diz Silvio Santana, da Fundação Grupo Esquel Brasil, que integra a ASA.

Educação Outras ações vêm sendo desenvolvidas no sentido de melhorar o abastecimento de água, a divulgação de técnicas para conservação do solo e de formas alternativas ao uso da lenha, e a capacitação de agentes para a elaboração de projetos de zoneamento ecológico-econômico. Um exemplo é o trabalho da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (Emater-RN), órgão ligado ao governo do estado, na cidade de Seridó, uma daquelas identificadas como núcleo desertificado. Ali técnicos, produtores rurais e lideranças comunitárias estão recebendo treinamentos. “Nosso objetivo é promover uma transição gradual da agricultura convencional para um modelo ecológico”, diz Adauto Teixeira, gerente es-

tadual para o meio ambiente e agroecologia da Emater. O custo desse projeto, de 2 milhões de reais, é coberto pelo governo do estado do Rio Grande do Norte e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

A exploração descontrolada de recursos naturais é prática comum no Brasil, herança dos tempos coloniais. Florestas, rios, recursos minerais, o que puder ser extraído e usufruído, da forma mais barata e rápida, com certeza é. Esse é um lado da moeda. O cultural, histórico, do capitalismo predatório que se estabeleceu no país. O outro lado é político. Tem relação com o coronelismo, o chamado voto de cabresto, sistema de manutenção do poder em mãos de famílias tradicionais e abastadas que se implantou de maneira informal há séculos e pressupõe a perpetuação da dependência das populações que habitam regiões mais áridas e menos urbanizadas. Em outras palavras, a busca de garantia dos resultados nas urnas fez com que os problemas resultantes da seca não fossem

eficientemente enfrentados.

Os fenômenos recentes podem, assim, ser interpretados como resultantes de duas linhas de mudanças estruturais. Uma, econômica, tem a ver com a percepção de que os recursos naturais são finitos, não se pode explorar um ambiente indefinidamente e as conseqüências dos atos daqueles que vão com sede demais ao pote atingem a todos. O caso do petróleo é um ícone nesse sentido e pode perfeitamente ser aplicado à água.

Direitos A outra linha de interpretação é política, tem relação com a democratização do país. O acesso à informação e sua decodificação, especialmente por agentes de organizações não-governamentais (ONGs), além da maior abrangência do sistema educacional, estão gradualmente revelando às pessoas que elas têm direitos e instituições para defendê-las. Ainda não se pode afirmar que ninguém mais crê que um dia o sertão vá virar mar e o mar virar sertão, como preconizava o beato Antônio Conselheiro. Mas o número de crédulos e ingênuos, sem dúvida, vem diminuindo. As ações governamentais e as organizações sociais, em todas as esferas, multiplicam-se. O resultado está diante dos olhos. Assim como a desertificação, a tomada de consciência é um processo sem retorno, mas ainda há muito por fazer para que o cenário de *Vidas Secas*, romance de Graciliano Ramos, seja somente coisa de romance mesmo. **d**

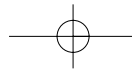
Saiba mais:



Ministério do Meio Ambiente
www.mma.gov.br/port/redesert/desertmu.html

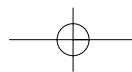
Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA)
www.asabrazil.org.br

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)
www.iica.org.br/d/oqueedesert/index_oquee.htm



MELHORES PRÁTICAS

Por **Patrícia Marini**, de Porto Alegre





SUS Plus

Hospital de Clínicas de Porto Alegre utiliza tecnologia com inteligência para melhorar procedimentos, condições de trabalho e atendimento à população

Numa manhã de abril de 2006, o médico entra no quarto do paciente no Hospital de Clínicas de Porto Alegre para uma visita de rotina. Em vez de pegar o prontuário pendurado ao pé do leito, tira do bolso um *palm top*. No pequeno equipamento, lê o prontuário do internado, o resultado dos exames recém-feitos, os últimos procedimentos e as observações registradas pelas enfermeiras. Na mesma telinha, faz sua prescrição e pede novos exames. Antes de sair para mais uma visita, comenta com

alunos e residentes o encaminhamento dado ao caso. “É fascinante. O trabalho ficou mais fácil e eficiente”, resume o pneumologista Renato Seligman, vice-presidente médico. Em seu *palm top* há, ainda, meia dúzia de compêndios médicos que podem ser consultados sem que ele precise deixar o leito do paciente.

O Clínicas de Porto Alegre é uma exceção no universo dos depauperados e malfalados hospitais públicos brasileiros. Merece observação atenta. O que se vê ali, desde abril deste ano, os tais pron-

tuários acessíveis em computadores de mão, é um estágio de um processo mais amplo que, nos últimos cinco anos, envolveu toda a comunidade hospitalar. Para o segundo semestre de 2006, planeja-se aproveitar a renovação da rede de comunicação e introduzir a tecnologia *wireless*, sem fio. Assim, os médicos nem sequer precisarão se conectar aos computadores da rede para baixar os prontuários dos pacientes – estando em seu posto, as informações aparecerão disponíveis em seus equipamentos.

Nos últimos anos, o investimento em tecnologia da informação e da comunicação tem

Uma história diferente

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre foi concebido com uma fórmula diferente dos demais hospitais universitários brasileiros. Criado por lei federal aprovada no Congresso Nacional em 1970, nasceu como empresa pública de direito privado, ou seja: é academicamente ligado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), integra a rede de hospitais do Ministério da Educação, que banca sua folha de pagamento, mas tem orçamento próprio e autonomia administrativa.

A especificidade foi conseguida graças à influência do reitor da UFRGS, Eduardo Faraco, cardiologista do general Emílio Médici antes de sua nomeação à Presidência da República. O hospital foi instalado, em 1972, num prédio que estava em obras desde 1931, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas.

Atualmente, passam pelo Clínicas todos os dias, em média, 16 mil pessoas, entre elas funcionários, pacientes e visitantes (mais do que a população de 65% dos municípios gaúchos). O prédio consome mais de 1 milhão de quilowatts/hora por mês de energia elétrica, o equivalente ao consumo de uma cidade de 25 mil habitantes. O ambulatório registra 2 mil atendimentos diários.

A arrecadação total de 2005 foi de 335 milhões de reais, considerando todas as fontes, as inscrições de portarias em recursos a receber e o saldo do exercício anterior. A maior parte, 65,4% do total, vem do Tesouro Nacional para o pagamento de pessoal e encargos sociais. As receitas próprias, provenientes de serviços hospitalares (aí incluídos os repasses do SUS), totalizaram 31%. Outros recursos, provenientes da execução de convênios com outros órgãos, inclusive o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), complementam a receita.

As contas fecham, praticamente não há filas, a qualidade do atendimento melhorou, os recursos são mais bem explorados e os pacientes confiam no hospital.



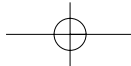
Clóvis Prates/divulgação HCPA

No HCPA, cada médico tem um palmtop onde consta a íntegra dos prontuários dos pacientes. A informatização

Pioneirismo Num ambiente em que apenas pouco mais de um terço dos quase 7 mil hospitais brasileiros possui algum nível de informatização, o Clínicas de Porto Alegre se destaca. Na década de 1980, foi pioneiro, ao lado do hospital-escola da Universidade Federal de Campinas (Unicamp), em aplicar a Informática Médica, então uma novíssima área de conhecimento, para armazenamento, recuperação e uso da informação na solução de problemas e na tomada de decisões. Enquanto na maior parte das organizações a informatização está limitada à automatização das ordens médicas (prescrição e solicitação de exames), no Clínicas porto-alegrense seu espectro é bem mais amplo. Criou-se ali um sistema de informações útil à assistência, à pesquisa e ao ensino, que também serve como ferramenta de gestão. “O Hospital de Clínicas de Porto Alegre tem sido uma referência pelos seus sistemas de informação e está entre os hospitais universitários mais bem geridos do país”, atesta Ana Maria Malik, coordenadora da área de gestão em

saúde pública da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.

A razão de tal status não está na tecnologia, que o dinheiro pode comprar, mas em sua aplicação integrada aos sistemas de informações desenvolvidos no Clínicas desde antes da existência de computadores. O casamento das duas inteligências gerou resultados que dificilmente seriam alcançados com um pacote pronto. A Comissão de Prontuários atua no Clínicas desde que o hospital abriu as portas, em 1972, embora a obrigatoriedade de existência dessa comissão nos hospitais só tenha vindo em 2002, por resolução do Conselho Federal de Medicina. Em seguida, o Conselho passou a aceitar que os documentos fossem guardados por 20 anos, e não para sempre, como era antes. Coincidência ou não, os critérios estabelecidos no Clínicas para compor o chamado prontuário essencial, elegendo os documentos a serem preservados e os que podem ser descartados ou arquivados, são os mesmos



... sido equivalente a 4% do faturamento do Hospital de Clínicas porto-alegrense



Tânia Meinerz

também ajudou a organizar o atendimento e a reduzir filas e tempo de espera

posteriormente adotados pelo Conselho. Como os prontuários inativos há mais de 20 anos podem ser destruídos, 15 toneladas de papel foram embora, mas a Comissão de Prontuários garantiu que as informações necessárias à assistência, à pesquisa e ao ensino estivessem disponíveis. Cada prontuário traz o registro de todas as passagens do paciente pela instituição, de consultas no ambulatório a internações, sumários de alta, enfim, um histórico completo. Depois de organizados esses dados, foi possível pensar em informatização. Era preciso combater o excesso de papel, a falta de espaço físico (para guardar 1,025 milhão de documentos), o volume excessivo dos prontuários (difíceis de manusear e de encontrar as informações), a falta de qualidade dos registros (letras ilegíveis, dados incompletos) e a ausência de normatização para consultas. Após criteriosa seleção, os prontuários de interesse histórico ou científico foram digitalizados. Cerca de 1 milhão de documentos estão em CDs, que ocupam uma

Melhor aproveitamento

Variação de desempenho entre 2004 e 2005

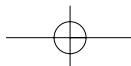
Procedimentos em consultório	+13,61%
Sessões terapêuticas	+13,01%
Procedimentos cirúrgicos	+6,94%
Exames	+6,55%
Pessoas atendidas	+3,06%
Transplantes	+2,48%
Internações com emergência	+0,98%

Fonte: Hospital de Clínicas de Porto Alegre

pequena gaveta. Duas cópias estão armazenadas em outros lugares, por questão de segurança. Além disso, muitos documentos não vão para o prontuário eletrônico, mas não podem ser destruídos. Eles são transferidos para uma área externa e constituem o “prontuário legal”. Dessa forma, o arquivo, que chegou a ocupar mais de

1.000 metros quadrados do prédio, devolveu à administração quase 200 metros quadrados. Com o dinheiro da venda do papel para reciclagem, foram construídos novos banheiros e uma copa para os funcionários do setor.

Informações à mão Do início de 1997 a julho de 2000, o Grupo de Sistemas trabalhou para ingressar na era dos microcomputadores. “Em 30 meses estávamos prontos para crescer, priorizando as demandas dos usuários da área médica”, conta Sérgio Felipe Zirbes, coordenador dos 45 profissionais do grupo, que se reporta diretamente à presidência do hospital. Foi como mudar de computador de bordo em pleno voo. “A partir dali, passamos a nos guiar por um novo norte: o prontuário eletrônico do paciente”, diz. O Grupo de Sistemas e o Comitê Gestor de Acesso aos Sistemas Informatizados, composto de representantes de médicos, enfermeiros e administração, criado em 2001 para gerenciar as permissões de acesso dos usuários aos



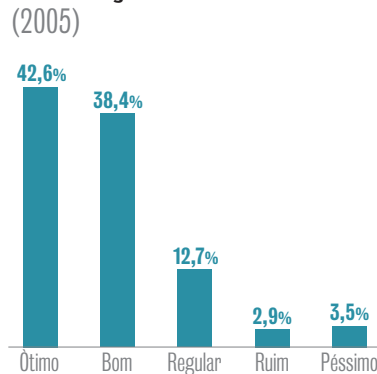
Além da satisfação de trabalhadores e usuários, a qualidade do trabalho do

processos informatizados do hospital, tiveram importante papel nesse processo. “Decidimos levar o projeto adiante quando percebemos que a maioria dos médicos já tinha *palm top*”, lembra Zirbes em março deste ano, com financiamento de 78 mil reais provenientes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), as primeiras enfermeiras de uma unidade de internação receberam 20 *palm*s. “Há três anos as enfermeiras trabalham nos terminais de computadores para fazer seus registros. Muitas das suas avaliações são de grande importância e registrando-as no prontuário eletrônico elas ficam mais completas”, diz a coordenadora da área, Ana Maria Müller Magalhães.

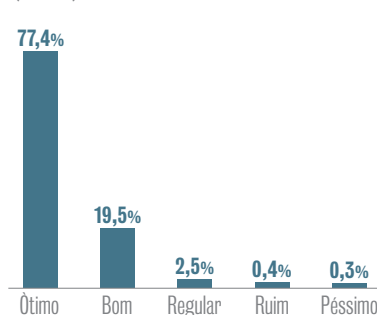
O prontuário eletrônico, repositório de informações acuradas e produzidas em tempo real, criou as condições para o desenvolvimento de um sistema gerador de indicadores de qualidade assistencial. Isso tem permitido o acompanhamento e a análise do desempenho dos processos da área clínica do hospital e de seus resultados. “O prontuário eletrônico só tem vantagens em relação ao de papel: é mais ágil, limpo, completo, legível e seguro”, avalia a coordenadora da Comissão de Prontuários do HC e vice-presidente da Sociedade Brasileira de Informática Médica, Mariza Klück.

Projetos É claro que todo esse movimento dependeu de decisão e mobilização políticas. O líder, nesse processo, é o psiquiatra e psicanalista Sérgio Pinto Machado, presidente da instituição em terceiro mandato, cuja primeira gestão teve início no final de 1996. Antes de assumir o cargo, impôs uma condição: “Assumo, desde que continue tendo alunos, residentes e pacientes”. Ele mesmo justifica: “O poder e a responsabilidade provocam isolamento. Por isso continuo ensinando e clinicando: para ver como as coisas de fato estão funcionando.” Elegante, simpático, olhos e ouvidos abertos ao mundo, Machado tem outra convicção, relativa à importância de envolver os profissionais da casa nas discussões. “Sempre achei que a democra-

Pesquisa de satisfação de pacientes ambulatoriais em relação ao atendimento (2005)



Pesquisa de satisfação de pacientes internados em relação ao atendimento (2005)



Fonte: Hospital de Clínicas de Porto Alegre

tização e o compartilhamento das informações levam a um aumento do comprometimento.”

A reformulação da rede de informática foi o primeiro de seus projetos. “Antes, eu recebia laudos de autópsia, ou seja, tomava conhecimento do que acontecia quando já não havia nada a fazer. Agora, acompanhamos custos e resultados em tempo real e podemos fazer correções de rumo”, conta Machado. Nos últimos anos, o investimento em tecnologia da informação e da comunicação tem sido equivalente a 4% do faturamento próprio do hospital – cerca de 100 milhões de reais em 2005. “Dos 6 milhões de reais previstos nos projetos apre-

sentados pelo Grupo de Sistemas, 3,5 milhões de reais serão liberados em 2006, principalmente para a renovação da rede, com aquisição de 500 novos PCs e troca de impressoras”, diz o economista Fernando Torrelly, vice-presidente administrativo. Mais um detalhe importante: todos os aplicativos são desenvolvidos em softwares livres de direitos autorais, conforme diretrizes do governo federal.

Comunidade O segundo projeto, a construção de uma Unidade Básica de Saúde integrada à rede municipal, foi realizado em 2004. “É o braço comunitário do hospital: atende à população e proporciona aos alunos o aprendizado da medicina preventiva.” O terceiro de seus planos, a ampliação dos investimentos, também já se materializou. O hospital conta com um centro de pesquisa básica de 4 mil metros quadrados e, dentro de dois anos, uma unidade de investigação clínica ganhará seu próprio prédio. “Tudo isso foi obtido graças à informática”, garante Machado. Por que graças à informática? Em parte porque o Sistema Único de Saúde (SUS) ocupa 90% dos 751 leitos de internação e dos demais atendimentos. Ele é fonte de 80% do faturamento do Clínicas, que vem crescendo à taxa média de 57%, em valores absolutos, desde o ano 2000. O hospital tem trabalhado a todo vapor, com taxa de ocupação de quase 90%. O aperfeiçoamento dos registros de procedimentos, de cada centavo gasto em material ou exame, tornou possível a cobrança eficiente e efetiva do governo e, também, o avanço na qualidade do atendimento e no controle de segurança dos pacientes.

Ivan Gonçalves, morador da região metropolitana, há 15 anos viaja a Porto Alegre três vezes por semana para se submeter a sessões de quatro horas de hemodiálise. “Já pude escolher entre freqüentar um hospital que me oferece a condução ou continuar vindo ao Clínicas, mas continuei aqui. O Clínicas, para mim, é o melhor plano de saúde: é o SUS Plus”, diz (veja ao lado gráficos sobre a avaliação dos pacientes

hospital é reconhecida em nível nacional e internacional



Tânia Meinerz

Mariza Klück, coordenadora da Comissão de Prontuários: 1 milhão de documentos cabem em uma gaveta

atendidos pelo hospital). Sua explicação sobre o SUS Plus: há anos ele não vê filas para agendamento de consultas, pois os pacientes chegam com hora marcada pela central de atendimento; e há o prontuário eletrônico. “Antes, cada vez que eu era internado subia comigo um enfermeiro puxando um carrinho com uma pilha de papéis de dois palmos de altura: era o meu prontuário.”

Em 2005 foi implantada a primeira fase da informatização da Emergência, contemplando acolhimento, check-in, triagem, escalas de gravidade, agendamento da consulta e check-out do paciente. Os que necessitam de atendimento urgente

são recebidos de forma mais ágil e eficiente. “Antes, eu encaminhava um paciente para marcar uma consulta, ele precisava ir à secretaria e ficar esperando. Eu não tinha como saber se ele fora atendido ou se decidira ir embora. Agora ele não sai da sala e tenho como checar se a consulta foi feita”, diz o enfermeiro Jeferson Veiga, um dos responsáveis pela triagem de risco na emergência. No último dia 17 de abril teve início a suspensão gradativa do envio de prontuários de papel aos consultórios. Num prognóstico otimista, em dois anos terá sido possível abolir o papel.

Além da satisfação de trabalhadores e usuários, o hospital tem colhido outros

frutos: o reconhecimento nacional e internacional. Klück conta: “Não passa uma semana sem que recebamos uma solicitação de visita. Na semana passada, veio uma equipe de um hospital privado da Bahia e, nesta semana, ligaram-nos do Hospital de Clínicas da Universidade de São Paulo.” O Clínicas tem participado de inúmeros eventos científicos e distribuído seu Manual de Prontuários para diversos hospitais. Durante um congresso internacional no Rio de Janeiro, em 2003, Edward Shortliffe, um importante pesquisador da área de Informática Médica (das universidades de Stanford e Columbia, nos Estados Unidos), considerou: “O prontuário eletrônico do Hospital de Clínicas é um dos dez mais completos do mundo”.

Acreditação O Hospital de Clínicas de Porto Alegre foi a primeira instituição gaúcha e brasileira de grande porte e o primeiro hospital universitário do país a receber, em 2001, o Certificado de Acreditação. É o mais importante reconhecimento de qualidade do setor, conferido pela Organização Nacional de Acreditação, ligada ao Ministério da Saúde. Em 2003, foi recertificado para o nível 2, que significa acreditação plena. “Para atingir o terceiro e último estágio, o nível ótimo, precisamos conseguir nível 3 em 44 itens avaliados. Já temos mais da metade da meta atingida”, conta Klück. Para completar, o ambulatório foi um dos premiados no 10º Concurso de Projetos de Inovação da Gestão Pública, da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Motivo da distinção: no início de 2005, todos os seus 144 consultórios, que cobrem 70 especialidades médicas, estavam equipados com microcomputadores. “Nossa atitude não é criticar o SUS. Fazemos nossa parte para que o serviço melhore”, diz Fernando Torelly, vice-presidente administrativo. Nem parece que falamos de Brasil. Mas é isso mesmo. Prova de que competência, disposição e tecnologia resolvem problemas aparentemente insolúveis. Boa fórmula para ser replicada. **d**

Pesquisa **Nair Rabelo**
 Texto **Andréa Wolfenbüttel**

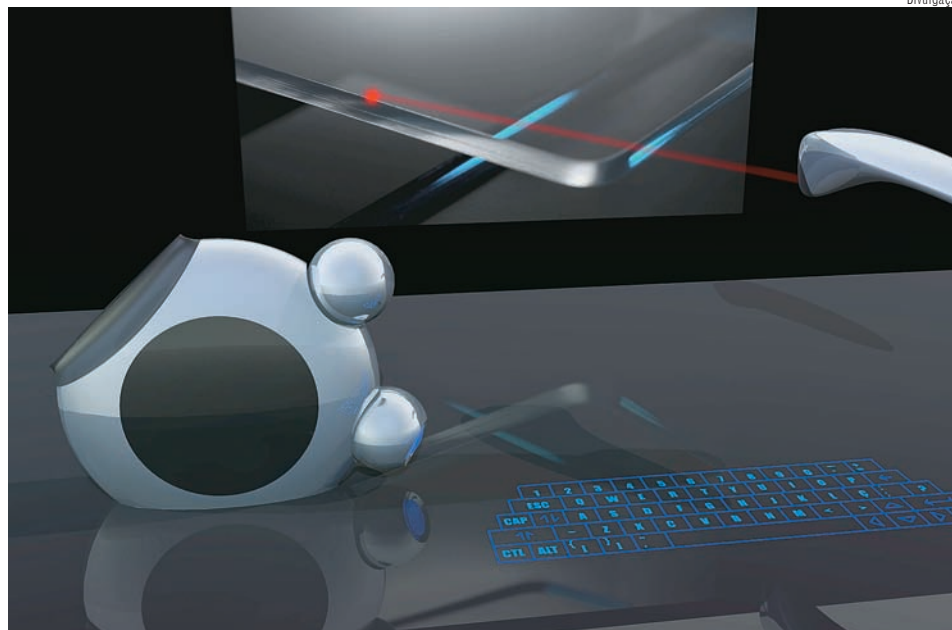
ciência&inovação CIRCUITO

Agricultura

A vez da nano

Não sem motivos, a nanotecnologia conquistou o lugar de vedete internacional no meio científico. Para acompanhar o movimento internacional, o governo brasileiro acaba de liberar 4 milhões de reais para a instalação do Laboratório Nacional de Nanotecnologia para o Agronegócio (LNNA), em São Carlos, no interior de São Paulo. Lançada no dia 17 de abril, a iniciativa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) foi financiada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. A verba servirá para aquisição de 22 aparelhos, a maioria importados, que equiparão o laboratório. Representando um terço do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, 40% das exportações e 37% das fontes de emprego no país, o agronegócio agora tem mais um motivo para evoluir. Segundo Ladislau Martin Neto, chefe-geral da Embrapa Instrumentação Agropecuária, a nanotecnologia será importante para agregar valor aos produtos agrícolas, além de reduzir sua vulnerabilidade às barreiras comerciais impostas pelo mercado internacional. Pretende-se usar o laboratório para a criação de sensores de qualidade de produtos, como leite e sucos, e para o desenvolvimento de nanofilme para embalar frutos, o que servirá para aumentar seu tempo de durabilidade. No primeiro momento, uma rede de pesquisa será formada entre instituições de ensino, iniciativa privada e 15 unidades da Embrapa. Espera-se que, em dois anos, o laboratório já esteja apresentando resultados.

Divulgação



Design

Olhos de vidro

Pesquisadores do Instituto Nacional de Tecnologia (INT), ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, ficaram entre os finalistas de uma competição promovida pela Microsoft e pela Industrial Designers Society of América (Isda). O objetivo da disputa era apresentar inovações em computadores que melhorassem a rotina dos milhões de usuários do Windows. Concorrendo com 308 participantes, os cariocas Marcos Garamvölgyi e Rubem Di Floriani ficaram entre os 32 primeiros colocados no ranking geral e em segundo lugar pelo júri popular na categoria Living/Lifestyle. Eles conquistaram a posição com o aparelho Glass Eyes, um computador cujos monitor e teclado

são virtuais e projetados em qualquer superfície plana. Até agora, só foi construído um protótipo, mas o pedido de patente já foi feito. Contatos com empresas que se interessam em produzir um modelo comercial já estão em andamento. Garamvölgy diz que Glass Eyes é interessante para designers que precisam de projeções gigantescas e também para pessoas com alguma limitação que dificulte o uso do mouse, já que o modelo substitui o mouse por um controle remoto multifuncional e atende a comandos de voz. Além dessas vantagens, o Glass Eyes é ecologicamente correto porque economiza em material, uma vez que dispensa o teclado, a tela do monitor e a torre de comandos.

Aids

Procuram-se voluntários

Os trabalhos de pesquisa, no Brasil, para desenvolvimento de uma vacina contra a Aids estão parados por falta de voluntários. O prazo para inscrição dos candidatos deveria ter terminado em 31 de março, mas foi prorrogado até 31 de maio na esperança de que outras pessoas se apresentem. Os testes serão realizados pelo Centro de Referência e Treinamento DST/Aids

(CRT-DST/Aids), de São Paulo, e o centro de pesquisa Praça Onze, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ambos em parceria com a rede internacional de pesquisas *HIV Vaccine Trials Network*. Cada uma das instituições deve contar com 20 voluntários, mas até agora só oito pessoas estão aptas a colaborar. Inicialmente, cerca de 900 indivíduos se interessaram em par-

ticipar do programa, mas não se encaixavam nas condições exigidas. Gabriela Calazans, responsável pelo recrutamento de voluntários do CRT, esclarece que não há nenhum risco de contaminação para os participantes. Mais informações podem ser obtidas nos sites www.crt.saude.sp.gov.br/vacinas e www.praca-onze.ufrj.br/pesquisas/pesquisas.html.

Tecnologia

Brasil cai no *ranking* do Fórum Econômico

Pelo segundo ano, o Brasil cai no *ranking* mundial de tecnologia elaborado pelo Fórum Econômico Mundial. Entre os 115 países analisados, ficamos na 52.^a colocação, seis abaixo da registrada em 2005 e 23 posições atrás do Chile, o país latino-americano mais bem classificado. O mau desempenho é atribuído, em parte, ao ambiente difícil para os negócios. O Fórum destaca quatro pontos: a burocracia para dar início a uma empresa, a dificuldade para alterar a legislação, o tempo para abrir um negócio e o peso dos impostos.

Os cinco primeiros colocados no *ranking*

	Status em relação ao relatório de 2004
Estados Unidos	▲
Cingapura	▼
Dinamarca	▲
Islândia	▼
Finlândia	▼

Os cinco primeiros da América Latina

	Colocação	Status em relação ao relatório de 2004
Chile	29 ^o	▲
Brasil	52^o	▼
Jamaica	54 ^o	▼
México	55 ^o	▲
El Salvador	59 ^o	▲

Inovação

Querido diário

Já se foi o tempo em que as mocinhas escondiam suas aventuras e seus segredos mais íntimos em diários com capa cor-de-rosa trancados a chave. Eles foram superados pelos nada discretos *blogs*, nos quais os detalhes do cotidiano estão à disposição de todos, espalhados pelo grande espaço virtual. Agora a IBM lançou um protótipo que pode dar um passo adiante na arte de registrar a vida diária. Trata-se do Magic Block, um pequeno gravador digital com capacidade para acumular as conversas de todo um dia. A inovação, porém, não está no tamanho da memória, mas em um novo sistema de reconhecimento de voz que permite ao dono encontrar a conversa exata que procura. No entanto, ao contrário do que acontece nos *blogs*, no Magic Block a preocupação com a privacidade foi preservada. O aparelhinho traz um eficiente sistema de segurança que só destrava quando ativado pelo contato com as impressões digitais do proprietário. A novidade foi apresentada no Fórum Internacional de Design de 2006, realizado em Hannover, na Alemanha, sendo reconhecido pelo seu potencial de transformar a indústria.

Malária

Mosquitos transgênicos

A malária é uma infecção causada por parasitas que contaminam as pessoas por meio de mosquitos, e mata anualmente mais de 1 milhão de pessoas em todo o mundo. Uma equipe de pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em Minas Gerais, após dois anos de trabalho, conseguiu criar mosquitos transgênicos que devem ser imunes ao parasita transmissor da malária aviária. Um tipo de DNA foi in-

jetado nos ovos dos embriões para inibir a disseminação da doença. Quando adultos, os mosquitos *Aedes fluvisilis* modificados cruzarão com outros da colônia e terão filhos que já nascerão com a alteração. Daqui um mês, testes serão feitos para comprovar a eficácia dos insetos. De acordo com a Fiocruz, esses são os primeiros mosquitos transgênicos da América Latina. Para custear os estudos, foram

gastos cerca de 40 milhões de dólares, fornecidos pela Fiocruz e pela Organização Mundial da Saúde. Passada a primeira fase, serão iniciadas pesquisas com o mosquito *Anopheles Aquasalis*, que atinge os humanos. Luciano Andrade Moreira, coordenador da pesquisa, lembra que a iniciativa está em fase laboratorial e ainda não há previsão para liberar os insetos modificados no ambiente.

Propriedade intelectual

Livres por natureza

Levantamento realizado pela Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (Inpi) constatou que 84 nomes típicos da fauna e flora brasileiras são usados como marcas em outros países. A descoberta levou o governo a confeccionar uma lista com 3 mil nomes tradicionais da biodiversidade nacional que serão divulgados em todo o mundo para evitar casos como o da empresa japone-

sa Asahi Food, que em 1998 registrou a palavra cupuaçu e passou a cobrar 10 mil dólares em royalties para qualquer produto que usasse o nome em seu rótulo. Só em 2004 uma ação impetrada por uma organização não-governamental conseguiu derrubar a patente. A lista, na qual constam itens como açáí, maracujá, pinhão, umbu, cajá e, claro, cupuaçu, será distribuída em forma

de software aos principais escritórios de patentes do planeta. A compilação dos nomes foi elaborada por pesquisadores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e do Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual (Inpi). A iniciativa é inédita no mundo.



Divulgação

livros e publicações
ESTANTE

Greenspan: uma fraude ex-post?

O autor é recorrente nesse tipo de denúncia. “Previu”, em 1999, *The Crash of the Millenium*, que ocorreu no final de 2000, embora não pelas causas alinhadas por ele. Na seqüência da quebra das bolsas de 1987 – mais importante, pela incidência, do que a crise de 1929, sem seus efeitos traumáticos, já que a história não se repete –, publicou, em 1989, o “manual” *Surviving the Great Depression of 1990*, que só apareceu como minirrecessão, em 1992, aliás superada pela política fiscal responsável de Clinton, ajudado pelo homem que constitui o foco desse livro alarmista.

Batra não faz o tipo “profeta do apocalipse”. Ostenta grande saber econômico, adquirido na docência universitária, e sabe traduzir para os leigos a aridez financeira. Repetindo uma piada de economistas, soube prever nove das últimas cinco recessões, mas, assim como falhou nas catástrofes anunciadas, exagera agora ao tentar desmontar o mito Greenspan. O ex-presidente do Fed tinha se convertido em guru da *new economy*, pela capacidade de incorporar a economia da informação à análise convencional. Nas audiências no Congresso, assim como nas reuniões do Fundo Monetário Internacional, era quase reverenciado como um deus da prosperidade.

Sua capacidade de influenciar os destinos da economia planetária foi, entretan-

to, parafraseando Mark Twain, altamente exagerada. Essa é a principal acusação de Batra, feita no subtítulo do original americano: “Como duas décadas de suas políticas minaram a economia mundial”. Nada mais distante da realidade. Embora a força imperial da “nova Roma”, no terreno militar, seja incontestável, seu poderio econômico está seriamente ameaçado, havendo quem preveja sua derrocada, em virtude da dependência americana de “mensalões” asiáticos, sob a forma de *US Treasury bonds* adquiridos com saldos comerciais resultantes da enorme voracidade consumista desse império de novo tipo. Se as políticas fossem outras – protecionistas, como Batra talvez preferisse –, a Ásia oriental não seria hoje tão próspera.

Que dizer, então, das demais acusações de Batra? Greenspan teria “complotado” para diminuir os benefícios e aumentar as contribuições da previdência social, para reduzir o salário mínimo e os impostos dos ricos, assim como para aprofundar o déficit comercial ao preconizar abertura total às importações. Ainda que possa ter opinado em todos esses temas, seu papel na cadeia decisória da política econômica dos governos republicanos (Reagan, Bush pai e Bush filho) e democrata (Clinton), das últimas duas décadas, provavelmente não foi decisivo. Ele foi, sem dúvida, importante como banqueiro central ao fixar os ju-

ros, a política financeira e a regulação bancária. Também atuou decisivamente, no momento da moratória russa (1998), ao “trancar” banqueiros de Nova York – como tinha feito Morgan 90 anos antes – e dizer-lhes que só sairiam se deixassem alguns milhões no chapéu. Assim, evitou a quebra do gigantesco *hedge fund* LTCM.

Greenspan foi menos eficiente na baixa do Nasdaq, a queda brusca do valor das ações da nova economia, que consumiu 7 trilhões de dólares da riqueza americana, como lembra Batra. O presidente do Fed, na verdade, pouco podia fazer. Quatro anos antes já havia alertado o mercado a respeito dos riscos da “exuberância irracional” dos investimentos especulativos.

Mais preocupante, e aqui Batra tem razão, foi o corte de impostos efetuado por Bush em 2001, sem previsão de suspensão se houvesse desequilíbrio fiscal. Embora Greenspan preferisse diminuir o superávit (deixado por Clinton) via redução de impostos, antes que pelo aumento de gastos, não disse uma palavra quando Bush derubou os tributos, ampliou despesas e deixou o déficit chegar às alturas.

A acusação de fraude contra Greenspan é mais de ordem intelectual do que de natureza legal. Nisso, Batra é impiedoso, dizendo que a única ortodoxia permanente no poderoso presidente do Fed era a sua predileção pelo poder. Mas nisso a “greenomia” não é diferente de outras ambições humanas, bastante conhecidas e previsíveis. O autor, que falhou em várias catástrofes, acertou pelo menos nessa “previsão”.

[Paulo Roberto de Almeida]



Greenspan: a Fraude

Ravi Batra

Novo Conceito Editora, 2006, 410 p., R\$ 49,90

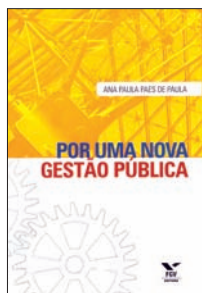
Países não são empresas

A história da administração pública no Brasil sempre foi marcada por avanços e recuos, um processo de modernização longe da linearidade e da construção de consensos estáveis. O último capítulo dessa história aconteceu na década de 1990, durante o primeiro mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Nestes anos, o governo federal embarcou na onda da “reforma do Estado”. Enquanto se privatizava, um conjunto de instrumentos e dispositivos legais foi implementado no setor público, para redesenhar a estrutura administrativa federal, redefinir carreiras, enxugar o Estado, enfim, inaugurar supostamente uma nova era de eficácia gerencial. No mundo das idéias, foi a hegemonia da escola chamada “nova gestão pública”. Uma coletânea de recomendações e princípios que prometiam abrir a porta para uma nova administração, pretensamente mais pragmática, ágil e eficiente, à moda das melhores práticas empresariais.

A “nova gestão pública”, nascida e criada nos países de cultura anglo-saxônica (Estados Unidos, Inglaterra, Nova Zelândia etc.), espalhou-se pelo mundo como autêntico pensamento único, determinando programas políticos, agendas de pesquisa e pautando formadores de opinião. A professora Ana Paula Paes de Paula propõe corajosamente a inversão dessa lógica, vai contra a corrente. Desnuda didaticamente o contexto em que surgiu a nova gestão pública, seus atores e paradigmas, numa linguagem objetiva e cristalina. Faz isso para, pedagogicamente, apresentar outra perspectiva, que ela chama de “administração pública societal”. Não se trata – como pode parecer – de uma rejeição infantil e fundamentalista do legado de Drucker ou de Tom Peters, tampouco de pura negação dos avanços teóricos da terceira via (a autodenominada *progressive governance*) ou de outros “gurus” do gerencialismo atual, mas de colocá-los no seu devido lugar. Não se governam países ou cidades como se administram empresas, não com a mesma lógica! É óbvio que técnicas es-

pecíficas fazem sentido aqui e acolá, na solução tópica de problemas operacionais. O que a autora propõe é retomar o tema da gestão pública em sua dimensão sociopolítica, como campo de tensões, como relação dialógica entre o saber técnico e a crítica social. A dimensão da participação política dos cidadãos nos negócios do Estado.

Introduzindo o tema com um balanço crítico dos anos FHC e das circunstâncias históricas da aliança “social-liberal”, a autora vai além. Ao observar atentamente as experiências locais de participação e a “democracia deliberativa”, a profusão de fóruns temáticos e de conselhos de políticas públicas, ela propõe uma abordagem mais polissêmica de gestão pública. Superando o “discurso da competência”, sua proposta de agenda desafia o leitor a imaginar que tipo de engenharia institucional ou organização administrativa do Estado poderia materializar os princípios da participação e do controle social. Que arranjo institucional poderia inserir a participação na definição de programas, projetos e gestão dos serviços? Neste livro não há respostas definitivas, mas suas perguntas são uma enorme contribuição para a lucidez do debate. **[Jackson De Toni]**



Por uma Nova Gestão Pública
Ana Paula Paes de Paula
FGV Editora, 2005, 204 p., R\$ 25,00



Política Internacional Contemporânea: Mundo em Transformação
Henrique Altemani de Oliveira
e Antonio Carlos Lessa
Editora Saraiva, 2006, 115 p., R\$ 29,00

A nova ordem, para iniciantes

O livro é modesto em dimensões, apresenta alguns problemas, mas cumpre sua missão: é uma introdução à ordem mundial atual. Didático, traz em cada capítulo “questões para discussão”, um glossário e bibliografia. Busca os elementos constitutivos da “nova ordem mundial” e tenta identificar os eventos de curta duração, os processos de média intensidade e as estruturas de lento desenvolvimento. Faz uma síntese sobre a ONU, comparando-a à Liga das Nações. Cuida de direitos humanos, das missões de paz e dos Objetivos do Milênio. O capítulo 3 trata da hegemonia dos EUA, com enfoque especial na América Latina e no Brasil. A União Européia, mais adiante, seria uma “verdadeira superpotência”, com condições de “influenciar decisivamente as relações internacionais”, algo desmentido pelos fatos. Dois capítulos tratam da América Latina, da África e do Oriente Médio, regiões fracassadas por motivos diferentes. A seção sobre o Mercosul tem erros conceituais e factuais. A Ásia central ainda está sob a influência da Rússia, e a Ásia do sul experimenta tensões interestatais. A região do Pacífico tem dinamismo econômico e graves problemas de segurança, o que abre espaço para a influência dos EUA. O livro, em suma, merece ser complementado pela leitura de obras especializadas.

[Paulo Roberto de Almeida]

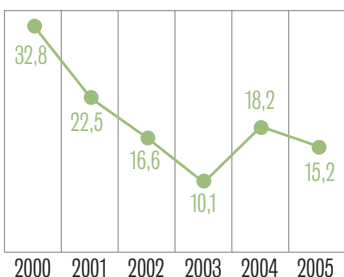
por **Andréa
Wolffebüttel**
INDICADORES

O que é?

Investimento estrangeiro direto

Investimento estrangeiro direto (IED) é todo aporte de dinheiro vindo do exterior que é aplicado na estrutura produtiva doméstica de um país, isto é, na forma de participação acionária em empresas já existentes ou na criação de novas empresas. Esse tipo de investimento é o mais interessante porque os recursos entram no país, ficam por longo tempo e ajudam a aumentar a capacidade de produção, ao contrário do investimento especulativo, que chega em um dia, passa pelo mercado financeiro e sai a qualquer momento. Entre as décadas de 1960 e 1980, o Brasil recebeu grandes volumes de investimento estrangeiro direto, mas perdeu o posto para países do Leste Europeu recém-saídos do comunismo. Com a globalização, o fluxo de capitais ficou mais fácil e os investimentos aumentaram. Atualmente, o Brasil disputa com economias emergentes, como Índia, China e África do Sul.

Investimentos estrangeiros diretos no Brasil (em US\$ bilhões)



Fonte: Banco Central

Trabalho

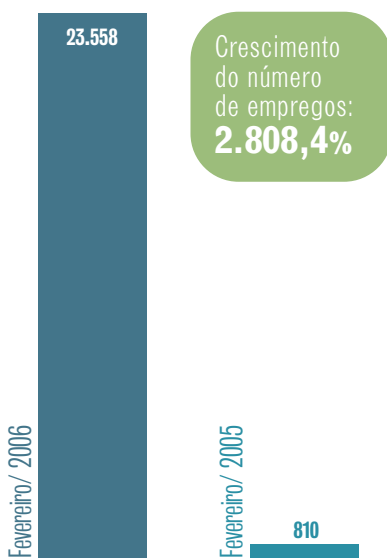
Fevereiro bom

Depois de um mês de janeiro muito ruim, que registrou o pior desempenho em termos de criação de postos de trabalho desde 2004, fevereiro veio para virar a página. O número de empregos formais criados durante o se-

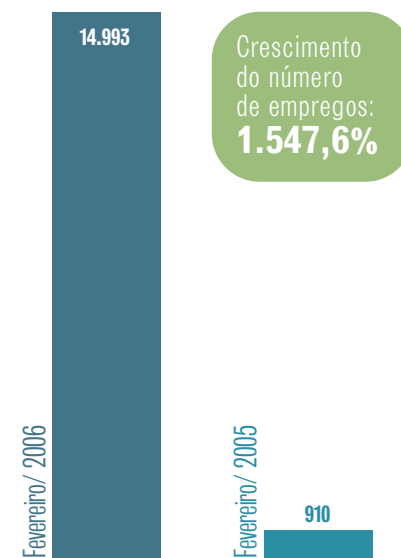
gundo mês de 2006 foi elevado, obtendo variações de até 2 mil por cento, quando comparados ao mesmo mês do ano passado. Assim com janeiro foi o pior mês desde 2004, fevereiro foi o melhor.

Novos postos de trabalho...

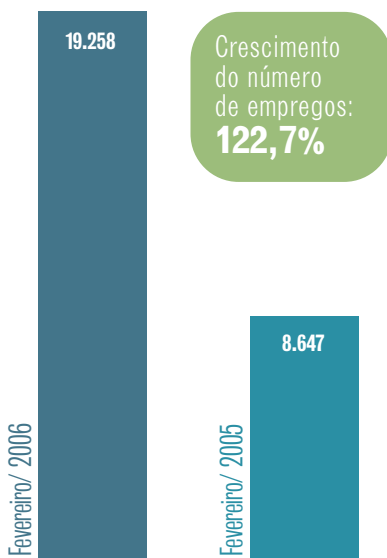
...na indústria de transformação



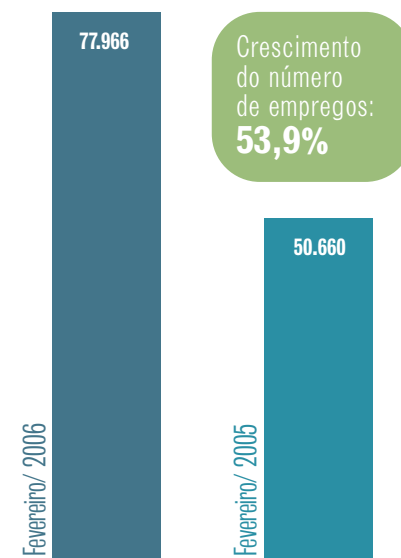
...na construção civil



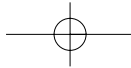
...no comércio



...em serviços



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados/Ministério do Trabalho



Aposentadoria

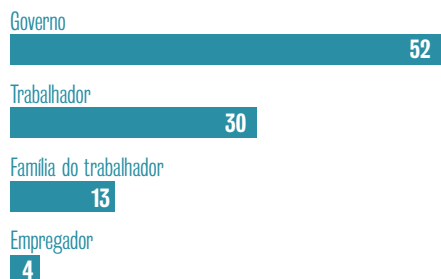
Um futuro de liberdade

Pelo segundo ano consecutivo, o banco HSBC promoveu uma pesquisa mundial sobre aposentadoria. O trabalho foi elaborado por três entidades diferentes, que entrevistaram 21 mil pessoas em 20 países. As respostas fornecidas pelos brasileiros mostram que a maioria encara a aposentadoria como um período de liberdade e satisfação, e estão dispostos a pagar para garantir o futuro, admitindo que a criação de uma pou-

pança compulsória adicional possa ser a solução para a crise da previdência social. Os brasileiros também demonstraram confiança no apoio da família, apesar de que muitos admitem a idéia de continuar trabalhando após a aposentadoria, pelos mais diversos motivos. Mesmo vivendo em um país cheio de problemas, a população brasileira se mostrou otimista em relação ao futuro ante as respostas de outros povos.

Quem paga a conta

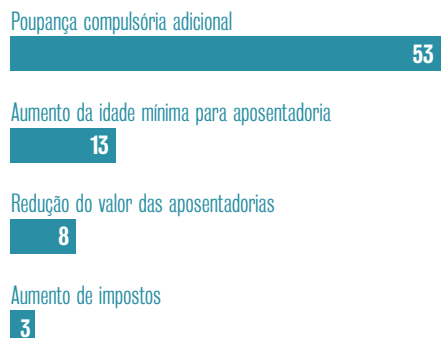
Quem deve arcar com a maior parte dos custos financeiros da aposentadoria (em %)



No mundo, **43%** acham que o trabalhador deve arcar com a maior parte dos custos da aposentadoria

Em busca de solução

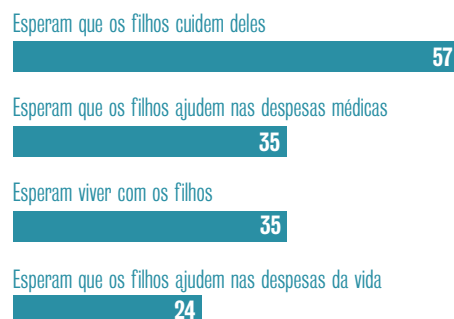
Como resolver o problema da previdência social (em %)



No mundo, **37%** acreditam que a solução passa pela criação de uma poupança compulsória adicional

Quem vai ajudar na velhice

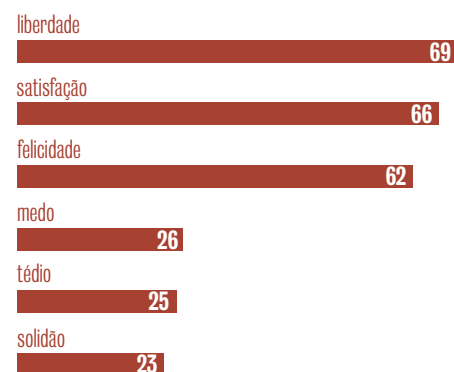
A expectativa em relação aos filhos (em %)



No mundo, **52%** esperam cuidados dos filhos durante a velhice, e um terço pretende morar com os filhos

Sentimentos

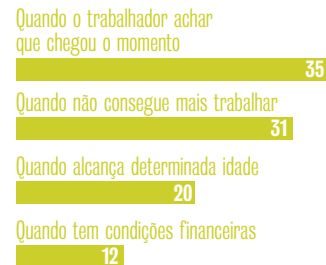
Aposentadoria cheia a... (em %)



No mundo, cerca de **66%** associam aposentadoria a liberdade, satisfação e felicidade

A decisão de parar

Qual a hora de se aposentar (em %)



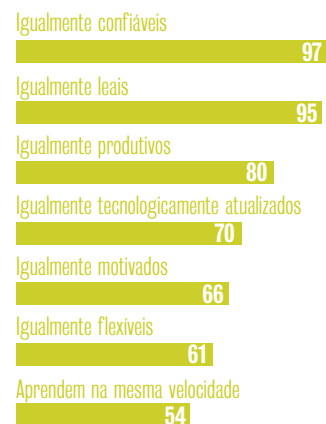
A decisão de continuar

Por que trabalhar depois da aposentadoria (em %)

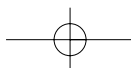


Ainda dá para continuar

Na opinião dos empregadores, em comparação com os funcionários jovens, os mais velhos são (em %)



Fonte: HSBC/Pesquisa "O futuro da aposentadoria: o que o mundo quer"



CARTAS



Reprodução

Li a matéria sobre a Copa do Mundo, publicada na edição de abril, e fiquei impressionado com volume de informações. Praticamente tudo foi novo para mim, particularmente a utilização da tecnologia nos jogos, na vestimenta dos jogadores e torcedores etc. Excelente reportagem.

Maílson da Nóbrega

Consultor
São Paulo - SP

Sou assinante de **Desafios** e gostaria de saber se vocês têm alguma matéria ou estudo sobre o consumo de etanol (ou álcool combustível) no Brasil desde a década de 1990 até 2004. Caso não tenham, gostaria que indicassem onde posso achar dados mais detalhados.

Eduardo André Gentil

Vitória da Conquista - BA

Prezado Eduardo, **Desafios** publicou uma reportagem sobre biodiesel, que também engloba o etanol, no número 7, de fevereiro do ano passado. Você pode acessar esse material em nosso site (www.desafios.org.br), por meio da pesquisa de edições anteriores. Além disso, você encontrará estatísticas sobre produção de álcool no Brasil durante o

período solicitado na home page da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Unica), no endereço: www.unica.com.br.

No final do mês de dezembro de 2005, fui procurado por um jornalista da revista **Desafios**, que me pediu colaboração para uma matéria que estava escrevendo sobre a pesca no Brasil. Apesar de ter sido quase na véspera de Natal, me propus a ajudá-lo e deixei de lado algumas atividades para atendê-lo da melhor maneira possível, como de costume. Questionei se antes da matéria ser publicada eu poderia dar uma olhada e a resposta foi positiva, mas ontem, ao chegar na universidade, encontrei na caixa de correio um envelope com a revista. Li a reportagem. Fui citado apenas na sexta página e fiquei muito contrariado com o que vi. Fui classificado como especialista na identificação de fraudes econômicas em pescados congelados, categoria na qual não me enquadro. Fica muito difícil para um profissional que trabalha com o setor pesqueiro em suas pesquisas visando ao crescimento do setor ser intitulado “especialista na identificação de fraudes econômicas”. Isso vai contra os parceiros que tenho no setor e me deixou extremamente preocupado. Sou professor do curso de Engenharia de Alimentos na Unisinos e professor convidado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde ministro a disciplina Tecnologia do Pescado, mas na reportagem consto apenas como coordenador do Grupo de Interesse-Pescado, professor de Tecnologia do Pescado na UFRGS, doutor em Engenharia de Produção e consultor internacional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Sendo assim, gostaria que os edi-

tores de **Desafios** publicassem os devidos esclarecimentos.

Alex Augusto Gonçalves

Professor
Porto Alegre - RS

Prezado professor, queremos agradecer sua colaboração com nossa equipe e lamentar profundamente sua decepção ao ler a reportagem. A seguir, o esclarecimento de todos os pontos elencados em sua mensagem. Primeiramente, nenhuma pessoa externa à revista **Desafios** tem acesso aos textos antes da publicação. Isso seria inviável, uma vez que conversamos com quase uma centena de entrevistados para elaborar cada edição. Também geraria a oportunidade para que interessados exercessem pressões ou tentativas de censura à independência editorial, questão de fundamental importância para a revista. Em segundo lugar, quanto à sua recla-

mação por ter sido apresentado como especialista na identificação de fraudes econômicas em pescados congelados, gostaríamos de lembrá-lo que no documento que nos enviou o senhor informa: “tenho focado minhas pesquisas com o assunto do momento, ou seja, a fraude econômica em pescado congelado”. Certamente essas palavras levaram o repórter a acreditar que o senhor fosse especialista no tema. Como não é, pedimos desculpas. Por fim, o senhor se queixa que não foi mencionado como professor da Unisinos. De fato, entre as oito qualificações que nos apresentou, consta em primeiro lugar o trabalho na Unisinos. Porém, como não era possível citar todas, optamos apenas por duas bastante significativas, as referentes à UFRGS e à FAO. Mais uma vez lamentamos se a escolha foi incorreta. Esperamos, assim, ter apresentado justificativas que satisfaçam aos seus reclamos.

Erramos

O leitor José Aldemir Freire, de Natal, no Rio Grande do Norte, nos escreveu informando que há um erro de identificação na legenda da foto publicada na página 35 da edição número 20, de março deste ano, na reportagem “Muito além do astronauta”, que trata do Programa Espacial Brasileiro. Freire esclarece que a terceira foto da série é uma imagem da foz do Rio Piranhas-Açu, no Rio Grande do Norte, onde se pode ver as salinas da cidade de Macau, bem como o cordão de dunas móveis, em branco. A fotografia foi erroneamente identificada como sendo do Baixo Vale do Rio Açu, no Rio Grande do Sul.



Fonte: CBERS/INPE/Divulgação



Acesse o conteúdo da revista **Desafios** do Desenvolvimento no endereço:
www.desafios.org.br